

GLAUCO VAZ FEIJÓ

# A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA BAÍA DO IGUAPE

TERRITÓRIO DE CONFLITOS  
E OUTRAS FORMAS DE LUTA

GLAUCO VAZ FEIJÓ

**A CRIAÇÃO DA RESERVA  
EXTRATIVISTA  
MARINHA  
DA BAÍA DO  
IGUAPE**

TERRITÓRIO DE CONFLITOS  
E OUTRAS FORMAS DE LUTA

PACO  EDITORIAL

---

## Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues	Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino
Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani	Prof. Dr. Juan Droguett
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi	Profa. Dra. Ligia Vercelli
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna	Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Prof. Dr. Carlos Bauer	Prof. Dr. Marco Morel
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha	Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida	Prof. Dr. Narciso Laranjeira Telles da Silva
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista	Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Fábio Régio Bento	Prof. Dr. Romualdo Dias
Prof. Dr. Gustavo H. Cepolini Ferreira	Profa. Dra. Rosemary Dore
Prof. Dr. Humberto Pereira da Silva	Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa	Profa. Dra. Thelma Lessa
	Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

---

©2025 Glauco Vaz Feijó

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

---

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

F297c

Feijó, Glauco Vaz

A criação da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape: Território de conflitos e outras formas de luta / Glauco Vaz Feijó. – Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-462-2916-1

1. Baía do Iguape/BA - História. I. Feijó, Glauco Vaz. II. Título.

CDD: 981.42

---

Biblioteca Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático

I. Baía do Iguape/BA - História

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658  
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21  
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100  
11 4521-6315 | 2449-0740  
contato@editorialpaco.com.br

Foi feito Depósito Legal

*A Felipe Serpa (in memoriam).*

**A mãe de mamãe era nagô.**

A mãe de papai era da Costa, era africana. Isso aí é por causa da língua deles.

**Dona Moreninha (marisqueira aposentada de Santiago do Iguape)**

# SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO, VINTE ANOS DEPOIS...</b>	<b>7</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>UM POUCO DE HISTÓRIA</b>	<b>15</b>
<b>A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA BAÍA DO IGUAPE</b>	<b>21</b>
<b>CAMINHOS DO AMBIENTALISMO: DA NATUREZA À CULTURA</b>	<b>27</b>
As etapas brasileiras	30
<b>POPULAÇÕES TRADICIONAIS E IDENTIDADES CULTURAIS</b>	<b>35</b>
<b>RESERVAS EXTRATIVISTAS: TERRITÓRIOS DE CONFLITO</b>	<b>43</b>
Sujeitos históricos e conflitos sociais na implementação da Resex	44
Os membros do Grupo Pró-Conselho	45
O Ibama	45
A Colônia de Pescadores Z-7/BA	46
Conselho Pastoral de Pescadores	49
Outros sujeitos	50
As assembleias	51
A primeira assembleia em Maragogipe	51
A segunda assembleia em São Roque do Paraguaçu	56
A quarta assembleia em Maragogipe	60

<b>SANTIAGO E O VALE DO IGUAPE:</b>	
<b>OUTROS CONFLITOS</b>	<b>63</b>
Santiago do Iguape	64
O discurso da comunidade	66
A “comunidade” do Vale do Iguape	70
São Francisco do Paraguaçu	70
Caimbongo	71
Engenho da Ponte	72
Camboa <i>versus</i> Camaroneira: conflitos entre os pescadores do vale	77
Um conflito de última hora: o saveiro do mestre Tatuí	79
<b>PALAVRAS FINAIS</b>	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>93</b>
Dados do Ibama para a Baía do Iguape levantados para a criação da Resex, em 1998	93

## PRÓLOGO, VINTE ANOS DEPOIS...

Este livro foi escrito há mais de vinte anos como requisito para obtenção do Diploma de Estudos Avançados na Universidade de Huelva, Espanha. O diploma foi obtido após a defesa, em março de 2004, e posteriormente foi revalidado como titulação de mestrado pela Universidade Federal da Bahia.

Em 2005, submeti uma versão reduzida do texto para um concurso internacional levado à cabo pelo extinto Programa Globalização, Cultura e Transformações Sociais do Centro de Investigações Pós-Doutorais da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais da Universidade Central da Venezuela, coordenado por Daniel Mato. O texto foi selecionado para publicação em 2006 e esteve disponível on-line por algum tempo em formato de livro, quer dizer, estamos aqui diante de uma segunda edição, ampliada e traduzida ao português. Mas, por que uma segunda edição?

Em 2024, após perceber que o livro não se encontrava mais on-line, escrevi a Daniel Mato pedindo-lhe uma cópia, pois eu mesmo nunca havia salvado uma cópia e o original havia sido impresso e enviado por correio para Caracas. Foi grande a surpresa quando Daniel Mato me respondeu informando e lamentando que toda a “Coleção Monografias”, que incluía cerca de cinquenta títulos publicados on-line, havia sido apagada após a extinção do programa Globalização, Cultura e Transformações Sociais. Quer dizer, o livro estava (e está) esgotado e inacessível! Ao receber essa informação resolvi que oportunamente tentaria republicar o livro, desta vez em sua versão completa, a mesma apresentada à Universidade de Huelva em 2004.

O primeiro passo foi recuperar a versão integral de 2004, pois ela também havia sido enviada a Huelva impressa e por correio. Consegui recuperar a versão original em e-mails de uma conta antiga – que, por sua vez, também teve que ser recuperada –, trocados com a professora Julissa Gutierrez, da Universidade de Piura, Peru, colega de doutoramento que havia corrigido o texto para mim. Recuperada a versão original, pensei em atualizá-la, dialogando com

pesquisas mais recentes sobre a Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape, tema de minha dissertação em 2004.

Surpreendi-me outra vez ao ver que havia já bastante coisa escrita sobre a Resex do Iguape, cenário bastante diferente de quando eu realizei minha pesquisa. Surpreendi-me ainda mais, ao ver que em nenhum dos trabalhos a minha pesquisa era citada. E não se trata apenas de uma questão de vaidade. Realmente, quando escrevi a dissertação sobre a Reserva do Iguape não existiam outros trabalhos sobre o assunto, nenhuma publicação acadêmica sequer, o que existiam eram relatórios técnicos dos órgãos envolvidos com a criação da Resex. Minha dissertação era, assim, independentemente de sua qualidade, de seus erros e acertos, pioneira e era de se esperar que fosse mencionada em trabalhos futuros sobre o tema ao menos na década seguinte a sua publicação, repito, independentemente de seus méritos, pois era uma referência praticamente única.

Resolvi então acreditar que a ausência de citações poderia ser explicada por dois motivos: primeiro, não sei por quanto tempo o livro publicado pelo Programa Globalização, Cultura e Transformações Sociais esteve disponível on-line. Segundo, independentemente do tempo em que esteve on-line, o texto havia sido publicado em espanhol e não seria encontrado em uma busca simples em português, apesar da semelhança entre os idiomas. Isso significa que o texto nunca esteve acessível a pesquisadores e pesquisadoras que posteriormente se dedicaram a estudar a Reserva Extrativista da Baía do Iguape. Há então uma ausência nesses estudos causada pela “invisibilidade” e pelo “desaparecimento” do livro publicado em 2006 em espanhol.

Em 2024, disponibilizei on-line o texto da dissertação de 2004, mas não creio que isso por si só resolva a questão. Primeiro, o texto agora disponível on-line segue em espanhol. Segundo e mais importante, vinte anos após sua redação, ele segue sendo pioneiro, mas felizmente não é mais único, e uma boa quantidade de trabalhos sobre a Resex do Iguape já se encontra acessível on-line. Um trabalho escrito há mais de vinte anos precisa de uma visibilidade e credibilidade maior para ser considerado. Tal visibilidade e credibilidade podem ser alcançadas por meio de uma publicação em formato de

livro por uma editora confiável e assim o fiz. Espero que o trabalho possa, enfim, encontrar seus leitores e leitoras e concluir seu ciclo.

Preciso ainda dizer que desisti da ideia inicial de atualizar o meu texto, discutindo com os trabalhos publicados nos últimos vinte anos sobre a sobre a Resex do Iguape. Desisti, pois entendi que o papel que cabe ao meu texto é o de pioneirismo. Muita coisa aconteceu após os anos de implantação da Resex e os trabalhos recentes tiveram que se debruçar sobre questões que não estavam postas há vinte anos. Seria interessante, mas traria uma contribuição menos relevante, discutir com essa produção mais recente sobre as questões que surgiram nos últimos vinte anos. A minha contribuição foi o registro do momento da implantação da Resex e as interpretações que fiz à época ainda me parecem pertinentes se atreladas ao contexto da época, não creio que se trate de julgar os erros e acertos a partir do futuro, mas de conhecer aquele presente. E, sobre aquele presente, eu manteria muitas das interpretações feitas, ainda que, obviamente, muitas discussões teóricas sejam datadas e estejam desatualizadas.

O texto que segue é, então, praticamente o mesmo de 2004, apenas com as alterações que passo a mencionar: não pude manter o “nós majestático” presente no primeiro texto, por convicção acadêmica me distanciei do “distanciamento científico” já há algum tempo; da mesma forma, e por razões semelhantes, revi o uso do masculino genérico em todo o texto, se algo restou é porque eu realmente sou um revisor de textos medíocre; alterei os tempos verbais, colocando-os no passado; excluí muitas notas de rodapé; e modifiquei um pouco a conclusão, retomando o fato de o texto original ter sido escrito há mais de vinte anos e destacando algumas mudanças nas dinâmicas sociais que ocorreram desde então e que muito provavelmente afetaram as relações sociais na Resex do Iguape. Por fim, a única alteração que me doeu, tive que excluir as belíssimas fotos de Nalva Santos da Baía do Iguape que compunham o texto original. Obviamente, Nalva havia me autorizado a incluir suas fotos no texto original, mas não posso interpretar que a autorização original vale também para essa nova publicação e,

infelizmente, não consegui estabelecer contato com Nalva para pedir uma nova autorização de uso de suas imagens. Essa foram as alterações, “o resto é tudo verdade”.

*Tübingen, outono de 2024.*

# APRESENTAÇÃO

Os caminhos que me levaram à Baía do Iguape foram um pouco tortuosos. Por meio de uma leitura casual, tomei conhecimento da criação de uma Reserva Extrativista (Resex) em uma região que eu, apesar de morar em Salvador nos anos de criação da Resex, desconhecia completamente. É claro que nas aulas de história havia escutado sobre a riqueza do *recôncavo baiano* nos primeiros séculos da colonização portuguesa; sobre a grandiosidade dos engenhos de cana-de-açúcar que abasteciam o mercado europeu entre os séculos XVI e XVIII; sobre o poder dos senhores de engenho; sobre as iniquidades da escravização de africanos e africanas, trazidas aos milhares para Salvador para fazer funcionar grande parte do comércio atlântico da Idade Moderna, seja através do comércio entre o continente americano e o continente europeu, seja através do comércio sul-sul, em que a principal mercadoria era, do lado africano, pessoas escravizadas ou “peças de ébano” (como eram comumente chamados), e do lado sul-americano, o tabaco e a cachaça.

Também já tinha ouvido falar da riqueza da cultura africana trazida para o Brasil, embora não com a intensidade merecida. Ouvira falar das relações estabelecidas entre senhores de engenho e pessoas escravizadas; de suas revoltas; e de como eles e elas eram mestres na arte de viver, pois sabiam explorar as brechas do próprio sistema que os e as escravizava, forçando as relações patrimoniais a que estavam submetidas a ponto de conseguirem espaços de negociação e poderem expressar suas revoltas nas mais variadas e cotidianas formas, muitas vezes sub-repticiamente.

Entretanto, apesar das informações prévias, não há nada como a experiência sensorial. Eu ainda não havia me banhado nas águas do rio Paraguaçu, o mesmo rio que movia os “engenhos reais de cana-de-açúcar” (que eram os mais produtivos devido à superioridade da força hidráulica sobre a força animal). Tampouco conhecia a grandiosidade da igreja matriz de Santiago do Iguape, ou o Convento de Santo Antônio, em São Francisco do Paraguaçu. Pequenos

lugarejos rurais, que mal dão uma ideia do que já foram por causa desses monumentos em ruínas, testemunhas da riqueza que um dia circulou por ali.<sup>1</sup> Há várias ruínas de engenhos de açúcar espalhadas pelo Vale do Iguape, embora sejam poucas em relação ao número de engenhos que existiam na região entre os séculos XVII e XVIII.

Engenho de Embiara, um dos maiores; Engenho da Ponte; Engenho de Santiago... Da mesma forma que eu desconhecia as ruínas desses engenhos, desconhecia os grupos humanos que continuaram a viver nos mesmos locais dos canaviais por todos esses séculos. Alguns em cidades do interior com um número expressivo de residências e habitantes – como Santiago do Iguape, com suas 600 casas e aproximadamente 3.000 habitantes – e com alguns dos confortos a que estamos acostumados, como eletricidade, água potável, ruas, escolas e serviço médico. Outros, em pequenos grupos de 20 ou 30 famílias, como no Engenho da Ponte, onde há cinco séculos pessoas escravizadas, e agora seus descendentes, têm persistido na vida, com a inteligência e a sensibilidade que lhes são constantemente exigidas para continuar.

Foi porque pude conhecer esses grupos e, é claro, conhecer a mim mesmo um pouco melhor, que me senti motivado a continuar o trabalho. E isso aconteceu devido à maneira como eles me foram apresentados: não por suas ausências, ou seja, suas óbvias carências econômicas, mas por suas presenças: seus conhecimentos que lhes têm permitido sobreviver, antes aos engenhos e, depois, ao desca-so. Por essas lentes, que filtraram minha observação, agradeço aos membros do Projeto Paraguaçu e a Felipe Serpa, que foram responsáveis por minha inserção no Vale do Iguape.

Eu também não sabia muito sobre reservas extrativistas. Mesmo sendo Chico Mendes um símbolo de luta para aqueles que, como eu, ainda acreditam em utopias, o que eu sabia era que reservas extrativistas estavam diretamente ligadas à luta dos seringueiros da Amazônia e à luta que havia tirado a vida de Chico Mendes. No entanto, isso foi mais do que suficiente para me incentivar a conhecer

---

1. Sobre os engenhos, ver Ott (1996) e Pedreira (1981). Ambos utilizam como fonte os relatos de Luís Vilhena, feitos no final do século XVIII (Vilhena, 1969).

a fundo o assunto, principalmente depois de ter sido enfeitado pela “*negra magia*” das águas salgadas e das doces aguardentes às margens do Paraguaçu, na Baía do Iguape. O que se segue, portanto, é fruto desse encantamento.

Com o trabalho de pesquisa, busquei revelar a pluralidade de mundos e a diversidade de processos culturais, de modos de vida presentes nos povos que circundam a Baía do Iguape, um território múltiplo que a criação da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape pretendeu fundir. Por essa razão, começo, no primeiro capítulo, “Um pouco de História”, destacando a diferença histórica construída em ambos os lados da baía. Ali surgiram dois territórios distintos, que até o momento da implantação da Resex mantinham pouco contato. No segundo capítulo, “A Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape”, faço a necessária apresentação da Resex do Iguape e das etapas que levaram à sua criação. No terceiro capítulo, “Caminhos do ambientalismo: da natureza à cultura”, por meio de um estudo bibliográfico, apresento os debates ambientais e ideológicos que levaram à construção da Reserva Extrativista como modelo de unidade de conservação ambiental, destacando sua ligação com um processo histórico específico, qual seja, a luta dos seringueiros da Amazônia pelo acesso à terra. No quarto capítulo, “Populações tradicionais e identidades culturais”, apresento uma discussão teórica sobre os conceitos de população tradicional e identidade cultural, vinculados à definição de uma Resex. Ambos são interpretados a partir de uma perspectiva histórico-cultural. Nos capítulos quinto, “Reservas Extrativistas: territórios de conflito”, e sexto, “Santiago e o Vale do Iguape: outros conflitos”, observo os territórios de implantação da Resex. Destacando a distinção sobre os dois grandes territórios divididos pela Baía do Iguape, dedico o Capítulo 5 ao município de Maragogipe, na margem direita da baía, e o Capítulo 6 às vilas do Vale do Iguape, na margem esquerda.

Para Maragogipe, as interpretações se baseiam nas assembleias realizadas para discutir a implementação da Resex. Nesses espaços, pude estar presente e identificar os sujeitos históricos e os conflitos em que estavam envolvidos. As interpretações sobre o Vale do

Iguape se baseiam em uma inserção mais profunda no cotidiano de seus povos, de modo que pude ir além das assembleias e entrei em um campo de análise histórico-cultural, por meio do qual busquei compreender alguns processos que incorporam uma cultura local, especialmente os processos de identidade e os processos de trabalho.

Por fim, à guisa de considerações finais, destaco o caráter de luta de classes que originou a Resex como forma de luta e de organização territorial e a possibilidade de que os conflitos na Baía do Iguape pudessem ter se polarizado em conflitos de classe abertos, o que não ocorreu. Além disso, retomo as interpretações feitas no decorrer do livro e indico a necessidade de uma melhor compreensão do mundo da pesca artesanal no Brasil a partir de uma perspectiva histórica, lacuna ainda não satisfatoriamente coberta, vinte anos depois.

# CAPÍTULO 1

## UM POUCO DE HISTÓRIA

No final do século XVIII, o professor de grego, Luís dos Santos Vilhena, notório observador, dedicou alguns parágrafos de suas famosas cartas às riquezas do Iguape, local famoso pela excelência de suas terras, onde – insistia Villena – era produzido o melhor açúcar do Recôncavo Baiano (Vilhena, 1969). Não foi sem razão que Vilhena se referiu, mais de uma vez, à importância da Baía do Iguape nesse período. O açúcar foi o principal produto de exportação brasileiro desde o final do século XVI até a primeira metade do século XIX,<sup>2</sup> e as províncias de Pernambuco e Bahia foram os grandes centros de produção açucareira.<sup>3</sup> Na Bahia, o Vale do Iguape, juntamente com as freguesias de São Francisco do Conde e Santo Amaro, todas no Recôncavo Baiano, formaram a maior região produtora de açúcar durante todos esses séculos.

O Vale do Iguape é uma região localizada na margem esquerda da Baía do Iguape. Sua grande importância para a economia açucareira deveu-se ao Rio Paraguaçu, por sua navegabilidade e força motriz dos engenhos reais, os mais produtivos, e, sobretudo, ao solo encontrado na região, o massapê, ideal para o cultivo da cana-de-açúcar. O sistema de produção que predominou no Vale foi, portanto, o siste-

---

2. Stuart Schwartz argumenta que, embora a historiografia brasileira frequentemente reduza o período de domínio da produção açucareira ao século XVII, o açúcar nunca perdeu sua posição de liderança entre os produtos de exportação até o século XIX. É verdade que, nesse vasto período de quase três séculos, houve várias oscilações e crises na economia açucareira, mas ela sempre conseguiu se restabelecer. “Em termos gerais, portanto, a periodização da economia açucareira brasileira não pode ser resumida a um ‘século do açúcar’ (1560-1670) seguido de estagnação e declínio, mas sim a uma conjuntura em que o fato decisivo é o surgimento dos concorrentes antilhanos e a reação brasileira a essa situação” (Schwartz, 1989, p. 147).

3. No início do século XVII, da produção brasileira estimada em 700 mil arrobas de açúcar, cerca de 680 mil arrobas eram produzidas em Pernambuco e na Bahia. Em meados do mesmo século, das 900 mil arrobas, aproximadamente 850 mil arrobas eram produzidas pelas duas províncias. É somente no século XVIII que a província do Rio de Janeiro despontará com uma produção significativa, tornando-se a terceira maior produtora de açúcar (Schwartz, 1989, p. 150).

ma adotado pela economia açucareira brasileira em seus três séculos de dominação, ou seja, o sistema *de plantation*, baseado no trabalho escravo, e que determinou grande parte das relações sociais e econômicas da América Portuguesa e do Brasil Imperial.<sup>4</sup> Assim, o Vale do Iguape tornou-se um território, a partir de relações de produção pautadas na incessante dialética de negociação e conflito entre senhores de engenho e pessoas escravizadas, e nas frequentes oscilações de uma economia monocultora sustentada por latifúndios.<sup>5</sup>

O lado direito da baía não se prestava ao cultivo da cana-de-açúcar, pelo menos não tanto quanto o lado esquerdo.<sup>6</sup> Por esse motivo, foram desenvolvidas ali culturas periféricas para abastecer as cidades do Recôncavo e a cidade de Salvador, principalmente o cultivo da mandioca, base da alimentação de toda a população do Recôncavo durante os séculos de colonização e até hoje no Vale do Iguape. Entretanto, embora se destaque a importância do cultivo da mandioca, o principal produto da região onde se localiza a cidade de Maragojipe era o fumo (Barickman, 2003).

Tanto o cultivo da mandioca quanto o do fumo diferiam muito do cultivo da cana-de-açúcar, criando um território diferente, o da margem direita da Baía do Iguape, do da margem esquerda, no Vale do Iguape.<sup>7</sup> Com relação ao cultivo da mandioca, Barickman (1998, p. 224) afirma que:

---

4. A concepção de território aqui adotada é a de Milton Santos, que define um território com base em sua ocupação e nos processos históricos e relações sociais decorrentes dessa ocupação. Em suas palavras: “O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos junto com aqueles que o utilizam” (Santos *et al.*, 2000, p. 22).

5. Sobre os conflitos cotidianos entre senhores e pessoas escravizadas, ver: Reis e Silva (1989).

6. Os engenhos de açúcar só se tornaram numerosos nessa região na primeira metade do século XIX, devido à enorme expansão da economia açucareira durante esse período, pouco antes de seu declínio irreversível (Barickman, 1998, 2003).

7. Na concepção de território adotada, a construção é um processo dinâmico e ininterrupto, o que significa que, mesmo que os processos históricos de produção de açúcar e fumo tenham deixado sua marca na formação da Baía do Iguape, eles não a determinam *ad infinitum*.

Embora, na segunda metade do século XVIII e no início do Oitocentos, os lavradores de mandioca muitas vezes possuíssem um ou dois escravos, este cultivo sempre foi considerado uma das atividades de menor prestígio social da economia do Recôncavo, freqüentemente associado às camadas mais pobres da população livre. A produção de farinha [de mandioca] para abastecer Salvador e outros mercados locais era completamente viável para um lavrador que só contasse com a mão-de-obra familiar e que apenas tivesse acesso a um pequeno terreno.

Sobre a produção de tabaco e a sociedade que ela gerou no Recôncavo, Stuart Schwartz (1989, p. 85) argumenta que:

O cultivo do fumo fez surgir em Cachoeira e nas regiões circunvizinhas e, em certa medida, também em Maragojipe, uma organização social e econômica distinta no Recôncavo [...]. O fumo podia ser produzido em pequena escala, e seu beneficiamento era menos complexo que o do açúcar, além de menos dispendioso. Por esse motivo, atraía modestos agricultores interessados em ingressar no mercado exportador [...]. O fumo era um produto de menor prestígio e menos dispendioso, acessível a agricultores mais modestos, mas não era uma “cultura do homem pobre”. [...] Muito embora açúcar e fumo dependessem do trabalho escravo e dividissem os porões dos navios mercantes destinados a Salvador, em grande medida, as duas culturas eram separadas geográfica e socialmente. As principais famílias de senhores de engenho, em sua maioria, não se engajavam na lavoura do fumo, e vice-versa. A região das plantações de fumo era distinta das áreas açucareiras.

Não se trata de opor um território baseado no sistema de produção escravista a outro sistema de produção baseado no trabalho livre. Tampouco se trata de pensar em grandes proprietários escravagistas de um lado e pequenos agricultores trabalhando sozinhos do outro lado, mesmo que isso fosse possível no caso do cultivo da mandioca. A escravidão marcou não apenas toda a sociedade do Recôncavo Baia-

no, mas toda a sociedade brasileira. No entanto, o cultivo do fumo e da mandioca possibilitou uma organização social mais diversificada na margem direita da Baía do Iguape (onde se localiza Maragojipe), em comparação com a margem esquerda (o Vale), e isso foi responsável pela formação de espaços distintos, o que influencia as dinâmicas e conflitos na implantação da Resex do Iguape.

Barickman (1998, 2003) argumenta que a região produtora de tabaco do Recôncavo conseguiu sobreviver à crise definitiva da economia açucareira no século XIX justamente pelas características menos rígidas das atividades que ali se desenvolveram. Assim, os produtores de Maragojipe, que haviam entrado na produção de açúcar tardiamente no início do século XIX devido à enorme expansão do setor, puderam retornar às suas atividades anteriores quando a crise começou. Isso reforçou, em grande parte, a incapacidade dos produtores do Vale do Iguape de sobreviver à crise, pois a região fumageira absorveu as outras culturas alternativas ao cultivo da cana-de-açúcar e a mão de obra alternativa ao trabalho escravo.

A própria estrutura interna do sistema de produção do Vale dificultava a adaptação a novas atividades: o solo era ideal para a cana-de-açúcar, mas não para o tabaco ou a mandioca. As usinas de açúcar eram, em sua maioria, unidades de produção muito pesadas, com investimentos muito grandes, e não podiam ser simplesmente desmontadas.<sup>8</sup>

Em 1888, foi decretada a abolição da escravatura no Brasil, fato que havia sido anunciado com o fim do tráfico de pessoas em 1850.<sup>9</sup> No entanto, os senhores de engenho do Iguape não haviam se preparado para esse fato, pois ainda não haviam conseguido substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre. A mão de obra livre havia sido absorvida

---

8. Segundo Barickman (1998, p. 215), na segunda metade do século XIX, 70% dos engenhos do Recôncavo Norte, onde está localizado o Vale do Iguape, tinham instalado moendas a vapor, o que exigia um grande investimento. Em 1888, por exemplo, no inventário do proprietário do engenho de açúcar, Francisco Vicente Viana, a unidade produtiva de seu engenho representava 76% do valor líquido de seu espólio.

9. Sobre os últimos anos de escravidão no Brasil, ver, entre outros, Chalhoub (1990).

por atividades mais leves e menos estigmatizadas do que o cultivo da cana-de-açúcar, e essas atividades estavam do outro lado da baía.<sup>10</sup>

Em suma, foi a enormidade dos engenhos do Iguape associada à existência de alternativas de trabalho e produção na margem direita da baía, em Maragojipe, que influenciou o declínio econômico do Vale do Iguape.

Na Bahia, as décadas que se seguiram ao fim do tráfico negreiro caracterizaram-se pela estagnação e declínio, a longo prazo, das exportações de açúcar. Naquelas mesmas décadas, os senhores de engenho dos distritos mais tradicionais do Recôncavo, ao contrário dos proprietários pernambucanos, não conseguiram incorporar um contingente de mão-de-obra livre; pelo contrário, durante todo o período 1850-1888, continuaram a depender sobretudo da mão-de-obra escrava. Quando, finalmente, se promulgou a abolição em 1888, o fim do regime servil não só resultou na ‘desorganização do trabalho’ nos engenhos, como também contribuiu para o colapso quase completo da indústria açucareira baiana, a qual, durante mais de três séculos, servira como o principal sustentáculo da economia. Desse colapso, a produção de açúcar na Bahia jamais se recuperaria plenamente (Barickman, 1998, p. 232).

A comparação entre a região de Iguape e a região da Zona da Mata da província de Pernambuco – a maior produtora de açúcar no período da crise do século XIX – é bastante esclarecedora. Naquela província, não havia alternativa ao cultivo da cana-de-açúcar, não havia outro produto que pudesse substituí-la. Assim, os usineiros pernambucanos puderam contar com a mão de obra livre quando foi anunciado o fim da escravidão e continuar a produção, mesmo não sendo mais os grandes produtores de outrora e a cana-de-açúcar não sendo mais o principal produto de exportação. A outrora província de Pernambuco, hoje estado de Pernambuco, continua sendo uma região de plantio de cana-de-açúcar.

---

10. Isso não quer dizer que não havia trabalhadores livres na produção de açúcar, sempre houve, mesmo antes do fim da escravidão, mas, proporcionalmente, a presença do trabalho livre era maior em outras atividades, que também utilizavam o trabalho escravo.

A Baía do Iguape apresenta situações diferentes. Na margem direita, na região do município de Maragojipe, a produção de fumo e café (iniciada no século XIX) continuou forte até a segunda metade do século XX, quando a última fábrica de fumo fechou suas portas na década de 1980. A economia de Maragojipe se desenvolveu em torno do tabaco nesse século e foi construída uma cidade com atividades comerciais diversificadas, com serviços e infraestrutura comuns a um centro urbano. No Vale do Iguape, seu maior povoado, Santiago do Iguape, é hoje um distrito rural do município de Cachoeira – outro produtor de tabaco que, no século XVII, era uma freguesia subordinada a Santiago. Até meados da segunda metade do século XX, havia uma produção agrícola significativa no local, sendo os principais produtos o azeite de dendê e o quiabo. Apesar disso, o Vale do Iguape nunca recuperou a importância econômica do período da cana-de-açúcar.

Para os propósitos desta pesquisa, o que importa é que se formaram dois territórios distintos na Baía do Iguape. De um lado, surge Maragojipe, um centro urbano com uma população relativamente grande e diversificada, com atividades diversas, sendo a pesca apenas uma delas, embora a mais importante para a sobrevivência das classes pobres. Do outro lado, temos o Vale do Iguape, com seus pequenos grupos humanos que o constituem; com sua economia essencialmente agrícola e pesqueira, e com uma população marcadamente negra, em muitos casos, ligada ao local por toda uma genealogia.

Se em Maragojipe a pesca é apenas mais uma atividade (embora de grande importância), em Santiago ela era na época da implantação da Resex a atividade vital, praticamente todas as pessoas estão envolvidas nela, direta ou indiretamente, por meio do pequeno comércio local que movimenta o pescado.

Assim, a Reserva Extrativista é um território que nasce de dois outros muito diferentes e anteriores, mas que busca se tornar um só. A criação desse território envolve relações sociais conflituosas, que apenas começavam a se manifestar. No decorrer da pesquisa, alguns desses conflitos eram perceptíveis, outros, embora latentes, provavelmente não demorariam a aparecer. O objetivo da pesquisa foi acompanhar esses conflitos, mas antes era preciso conhecer um pouco melhor a Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape.

## **CAPÍTULO 2**

# **A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA BAÍA DO IGUAPE**

Em 14 de agosto de 2000, foi criada a primeira Reserva Extrativista Marinha no estado da Bahia (Brasil), inserida no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e supervisionada pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape. Localizada entre os municípios de Cachoeira e Maragogipe, que se estende desde o alto do povoado de Coqueiros, em Maragogipe, abrangendo a bacia do Rio Paraguaçu; portanto, toda a Baía do Iguape e o curso dos demais rios que a formam, fazendo limite com a Ilha de Monte Cristo (que está fora dos limites da Resex). Conformam uma área de 8.117 hectares, que corresponde à superfície hídrica total da baía, sem nenhuma porção de terra firme em seus limites (Brasil, 2000b), o que tem uma razão de ser, como veremos.

A Resex do Iguape é uma unidade de conservação ambiental de uso sustentável, de acordo com a classificação dada pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, de constituição do SNUC, e tem como objetivo legal compatibilizar a conservação da natureza e o uso sustentável de alguns de seus recursos naturais. No caso específico, esses recursos são os peixes e mariscos extraídos da baía por pescadores e marisqueiras das cidades que margeiam a baía, que eram, segundo dados do Ibama à época, 1.150 trabalhadores e trabalhadoras. A região em que a Resex foi criada já foi uma grande produtora de tabaco e fornecedora de produtos agrícolas para a cidade de Salvador, com a qual realiza grande parte de seu comércio.

De acordo com o diagnóstico de funcionários do escritório regional do estado da Bahia (BA) do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT/BA), pouco tinha sido feito até o momento da pesquisa para a efetiva implementação da Resex do Iguape. Em conversas com habitantes da região, a impressão era de que a Resex, três anos após sua implantação, ainda

não era uma presença na vida de pescadores e marisqueiras. Segundo um representante de um grupo ambientalista da região, a Resex teria sido criada sem a participação da população local, e só àquela altura se percebia que essa tinha sido uma atitude equivocada.<sup>11</sup>

O processo de criação da Resex do Iguape foi iniciado em 1997, depois de o Ibama ter recebido três abaixo-assinados, com mais de duzentas assinaturas, de entidades representativas dos povos do entorno da baía: a Colônia de Pescadores Z-7, de Maragogipe (31 assinaturas); a Associação Beneficente Comunitária de Angola (41 assinaturas); e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira (140 assinaturas).<sup>12</sup>

O relato oficial da primeira visita de fiscalização realizada por representantes do Ibama à região, em setembro de 1997, concluiu, entre outras coisas, que a região está em declínio e que a falta de alternativas econômicas estaria levando ao aumento da força de pesca, agregando mais trabalhadores a uma atividade já sobrecarregada. O relator prossegue explicando que o cenário para a criação da Resex seria complexo, pois teria que envolver grandes investimentos para produzir empregos alternativos, a fim de diminuir a pressão da atividade extrativista e, assim, gerar compensações para fazer frente às inevitáveis proibições de atividades predatórias. Há uma sugestão para implementar, em vez da Resex, projetos de educação ambiental e programas de proteção ambiental, juntamente com programas de treinamento vocacional e projetos de renda alternativa. A conclusão a que chega o relatório é a de que:

Tecnicamente há condições de criar a RESEX já que há uma população tradicional extrativista e há um recurso ambiental que merece ser preservado. No entanto, também devemos considerar que não detectamos ameaça externa nem ao manguezal nem concorrência de pesca comercial com a pesca artesanal local, e que muito provavelmente se criada

---

11. Panfleto Guigui News, Maragogipe, ano IV, n. 11, jan. 2003. Entrevista com Elizete Araújo de Souza do informativo bimestral do Grupo Ambientalista Guigui.

12. Ibama/BA. Processo nº 1279/97 criação da Resex da Baía do Iguape, 1997, fls. 1-14.

a RESEX, deverá existir alguma ação para diminuição do esforço de pesca o que poderia encontrar resistência significativa por parte da comunidade.<sup>13</sup>

As conclusões alcançadas pela visita em junho de 1998 não são diferentes. Essa visita foi estendida a outras regiões que pleiteavam a criação de uma Resex. É interessante comparar o diagnóstico feito para a Baía do Iguape com o da região de Itacaré, também localizada no estado da Bahia:

A Baía do Iguape é muito grande e existe uma considerável variação do grau de organização das populações locais [...] a comunidade de Itacaré apresenta todas as condições para a criação de uma Resex Marinha a curto prazo. Devemos concentrar esforços naquela área.<sup>14</sup>

A Resex de Itacaré foi criada anos depois da criação da Resex do Iguape, talvez devido à grande especulação imobiliária que ocorria então na região de Itacaré. Para criar uma Resex, a área deve primeiro ser desapropriada, um procedimento que não foi necessário na Resex de Iguape porque ela se limita às águas interiores, que são propriedade do Estado. Isso certamente contribuiu para a criação acelerada da reserva.

Pouco mais de um mês após a criação da Resex do Iguape, foi criada a Resex do Corumbau, nos municípios de Prado e Porto Seguro, também no estado da Bahia. Uma avaliação realizada em 2003 pelo CNPT/BA, mostra a situação das duas reservas. De acordo com essa avaliação, a Reserva de Corumbau estaria em um estado avançado de implementação em comparação com a Reserva do Iguape. Itens importantes, como, por exemplo, a elaboração do plano de manejo, listados como “trabalho realizado” na Resex do Corumbau, estavam listados como “trabalho a ser realizado” na Resex do Iguape.<sup>15</sup>

---

13. *Ibidem*, fl. 22.

14. *Ibidem*, fl. 26.

15. Ibama/BA. Situação atual das Resex no Estado da Bahia, 2003.

O CNPT/BA afirmava que um dos principais problemas da Baía do Iguape seria o grande número de pescadores e marisqueiras para uma área de atividade muito pequena.<sup>16</sup> Argumentava que esse número excessivo de trabalhadores e trabalhadoras seria consequência do fechamento da fábrica de fumo, a Suerdieck, que havia deixado cerca de 3 mil pessoas desempregadas, tendo elas a pesca como recurso alternativo imediato para a sobrevivência. Para muitas dessas trabalhadoras e trabalhadores extrativistas, a criação da Resex representaria uma ameaça na medida em que sua função seria regularizar a atividade extrativista, evitando excessos.

A Resex criada no Iguape é uma Reserva Extrativista Marinha, uma adaptação do modelo de Resex que surgiu originalmente na Amazônia, no estado do Acre, e que estava diretamente ligada à luta pela reforma agrária no Brasil e aos problemas de propriedade da terra decorrentes da expansão da fronteira agrícola na Amazônia durante a década de 1970.

Os projetos de desenvolvimento do governo militar durante a década de 1970 foram os grandes responsáveis pelo surgimento de conflitos ambientais na região amazônica. A fim de obter os recursos necessários para avançar na região amazônica, sobretudo por meio dos polos de desenvolvimento baseados na extração mineral, o governo militar teve de atender às exigências “preservacionistas” das entidades fornecedoras internacionais, principalmente do Banco Mundial. Entre essas exigências estava a criação de áreas de conservação natural, com o objetivo de compensar o impacto causado pela criação dos polos de desenvolvimento. Dessa forma, as populações locais eram duplamente afetadas: primeiro, pelo impacto da expansão do desenvolvimento e, segundo, pela criação de unidades de conservação, que implicava a remoção dos habitantes da área a ser protegida ou a limitação de suas atividades. Contra essa situação, surgiram movimentos locais organizados que se tornaram parte de movimentos sociais mais amplos e, mais tarde, ganharam visibilidade nacional e internacional (Diegues, 1994).

---

16. Ibama/BA. Impacto sobre os recursos naturais da Resex da Baía do Iguape, 2002.

Desses movimentos, o mais famoso foi o dos seringueiros, que, a partir do início da década de 1970, se posicionou contra a criação de latifúndios promovida pela expansão da fronteira agrícola. Esse fato gerou conflitos pela posse de terras anteriormente exploradas pelo extrativismo dos seringueiros. O movimento elegeu como foco de sua luta a posse efetiva da terra e a defesa da continuidade de seu modo de vida, propondo um novo conceito de unidade de conservação, a Reserva Extrativista (Grybowski, 1989).

As Resex são, portanto, o resultado das demandas de movimentos populares organizados e de intensos conflitos sociais. Entender isso é fundamental para compreender as questões motivadoras deste trabalho, que foram: perceber os anseios que levaram à criação da Resex de Iguape; localizar os possíveis conflitos que acompanharam sua implementação; verificar a existência de resistência local e suas causas; e descobrir possíveis inadequações no processo de criação da reserva. Antes, contudo, de chegar à Resex de Iguape, era importante conhecer a trajetória do discurso ambientalista que possibilitou a criação da Resex como modelo de unidade de conservação ambiental.



## **CAPÍTULO 3**

# **CAMINHOS DO AMBIENTALISMO: DA NATUREZA À CULTURA**

Ao que consta, a ideia de criar áreas de preservação ambiental se concretizou pela primeira vez em 1872 com a criação do Parque Yellowstone nos Estados Unidos. No entanto, essas ideias são encontradas na Inglaterra do século XVIII, em paralelo à revolução industrial, que provocou uma “inversão de mitos”: a cidade, antes vista como sinal de civilização em oposição ao atraso do campo, passou a ser criticada por seu ambiente inóspito em decorrência da proliferação da indústria e da concentração de pobreza nos grandes centros urbanos que estavam se formando. Em contrapartida, o ambiente rural começou a ser idealizado como um lugar de contemplação e descanso. Um certo senso de religiosidade, uma busca pelo paraíso perdido, comum à sociedade da Europa Ocidental, e a valorização da natureza, presente no romantismo do século XIX, contribuíram para reforçar essa “inversão de mitos” (Hobsbawm, 1979) . Nesse contexto, ambientalistas norte-americanos do início do século XIX defendiam a preservação de grandes áreas desabitadas, onde ilhas de natureza selvagem pudessem sobreviver, as quais, a salvo do avanço “inevitável” e “devastador” do desenvolvimento humano, serviriam para reunir as populações urbanas a um mundo considerado completamente perdido, não fossem esses “santuários” de natureza intocada.

Nesse incipiente movimento ambientalista, já era possível distinguir duas correntes divergentes. De um lado, havia uma corrente formada por ideias “conservacionistas”, que defendia a conservação por meio do uso racional dos recursos naturais pela geração atual e sua preservação para as gerações futuras. Essas ideias seriam as precursoras do que hoje chamamos de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, havia as ideias “preservacionistas” que defendiam a apreciação estética e espiritual da natureza selvagem e buscavam construir áreas protegidas do contato humano predatório.

Essas duas correntes se expandiram, passaram por transformações e ganharam tonalidades, mas permanecem até hoje como as duas principais linhas de discussão sobre o meio ambiente, que, como veremos, também se expandiram, deixando de ser domínio exclusivo dos ambientalistas *stricto sensu* (Diegues, 1994, p. 43).

As concepções preservacionistas predominaram entre os ambientalistas que participaram da criação das primeiras áreas de proteção ambiental no século XIX e durante grande parte do século XX, mas não sem a oposição sistemática dos conservacionistas, que passaram a ocupar um espaço maior na segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 1960, quando surgiram movimentos contrários à preservação isolada de uma área ou de uma única espécie, a partir de uma crítica mais profunda à própria sociedade industrial e ao seu avanço voraz sobre todo o planeta.

Em 1948, a União Internacional para a Preservação da Natureza (IUCN), mais tarde renomeada como União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), foi estabelecida nos Estados Unidos.<sup>17</sup> Em 1960, a IUCN criou a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas e, durante o Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, realizado em Bali em 1962, as considerações sobre as populações locais afetadas pela criação de áreas de preservação ficaram mais claras. O congresso recomendou que, na criação de áreas protegidas, o conhecimento da população local deveria ser usado no planejamento do gerenciamento de recursos naturais e que as decisões relativas a esse planejamento deveriam ser tomadas em conjunto com a população local. Entretanto, não foram abordados nem a questão da existência de populações dentro das áreas preservadas nem os conflitos gerados pela desocupação dessas áreas.

Em 1980, a IUCN publicou o documento *World Conservation Strategy*, no qual, adotando a mesma posição do Congresso de Bali, reconheceu a importância do conhecimento das popula-

---

17. A IUCN surgiu em meio às tentativas de pós-guerra de criar uma organização internacional de proteção da natureza independente do novo sistema das Nações Unidas, ver: Pareschi (1997).

ções locais, mas omitiu a questão dos direitos de uso das áreas de conservação. Foi somente em 1985 que a questão das populações residentes em áreas de preservação ganhou impulso, especialmente com a dedicação exclusiva dada ao assunto pela revista *Cultural Survival* em fevereiro daquele ano. Jason W. Clay, editor da revista, em seu artigo de abertura argumenta que:

As áreas protegidas poderiam garantir a sobrevivência dos habitats e também das populações nativas. As reservas poderiam preservar os modos de vida tradicionais ou diminuir o ritmo das mudanças a níveis mais aceitáveis e controlados pelos moradores locais. As populações nativas podem se beneficiar da proteção de seus direitos sobre essas áreas ou da venda de produtos ou da renda gerada pelo turismo (Clay, 1985, p. 2).

A argumentação de Clay já contém todas as ideias indispensáveis para a formulação do conceito de Resex: conservação do meio ambiente, populações tradicionais e desenvolvimento equilibrado para o benefício dessas populações.

A Conferência da IUCN de 1986 em Ottawa, intitulada *Conservação e Desenvolvimento: Implementando a Estratégia Mundial de Conservação*, aborda essas novas preocupações com o destino das populações locais e recomenda que os governos nacionais prestem a devida atenção aos problemas causados às populações pela criação de áreas protegidas. No mesmo ano, foi publicado o relatório da Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Relatório Brundtland, ou, como foi chamado, *Nosso Futuro Comum* (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991), que tem como principal conceito o “desenvolvimento sustentável”, conceito que será central nos debates da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Fórum Global (Eco-92).

O conceito de “desenvolvimento sustentável” também será fundamental para o crescimento de uma nova corrente ambientalista, denominada socioambientalismo. Nesse movimento, os problemas da relação entre ser humano e natureza se afastaram do enfoque pre-

servacionista, que vê a presença humana como um obstáculo a ser superado, e entraram em uma nova direção, orientada pela noção de uso racional e sustentável do meio ambiente, visão que pressupõe uma forte inserção nos debates da questão da participação ativa das populações residentes e de sua permanência em áreas protegidas.

Essa nova concepção foi devidamente caracterizada no IV Congresso Mundial de Parques, realizado em fevereiro de 1992 em Caracas, cujo título deixa claro o novo foco dos debates: “Povos e Parques” e não mais “Povos ou Parques”, como pretendiam os preservacionistas até então (Diegues, 1994, p. 98).

## **As etapas brasileiras**

No Brasil, o desenvolvimento das ideias ambientalistas não difere muito do cenário descrito acima. No início, foi influenciado por ideias estrangeiras, especialmente o conservacionismo norte-americano, e, mais recentemente, pelo movimento dos seringueiros na região norte do país, que ajudou a construir concepções adotadas internacionalmente, incluindo a já mencionada criação de um novo conceito de unidade de conservação.

A Constituição de 1934 tornou a proteção das belezas naturais uma responsabilidade do Estado e, em 1937, foi criado o primeiro parque nacional brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia. Entretanto, foi após o golpe militar de 1964 que a criação de áreas de proteção ambiental ganhou impulso no Brasil. De acordo com Pareschi (1997, p. 83-84), as regiões nas quais mais parques foram criados durante os anos da ditadura foram as mais afetadas pela expansão da fronteira agrícola, colonização, industrialização e programas de urbanização, como foi o caso, por exemplo, da Amazônia, quando o Programa de Integração Nacional (PIN) foi criado em 1970. Para a autora, o aparente paradoxo do governo militar em vincular seus planos de desenvolvimento desenfreado com atitudes preservacionistas pode ser explicado pela existência de várias tendências dentro do Estado trabalhando em diferentes direções. Também a análise de Diegues, já explicitada, sugere um entendimento possível, segundo

seus argumentos, o estabelecimento de áreas protegidas tornou-se uma moeda de troca para os países economicamente mais pobres obterem financiamento de organizações internacionais.

Em 1985, durante o período de abertura política e o retorno à democracia no Brasil, os seringueiros, que se opunham sistematicamente à criação arbitrária de áreas protegidas na Amazônia pelo regime militar, fundaram o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), e apresentaram seus projetos para a criação de unidades de conservação de uso sustentável, antecipando decisões e conceitos que mais tarde seriam adotados pelas mais importantes organizações de conservação ambiental do mundo, como a IUCN.

De acordo com Roig (geógrafo), Crosta (biólogo) e Almeida (antropólogo), membros da equipe interdisciplinar que acompanhou a implementação do projeto-piloto da primeira Resex da Amazônia, a Resex do Alto Juruá,

o conceito de reserva extrativista foi formulado pelo Conselho Nacional de Seringueiros em conjunto com algumas organizações não-governamentais, visando combinar conservação ambiental, desenvolvimento econômico y preservação do sistema social das Comunidades dos Povos da Floresta (Almeida; Crósta; Roig, 1996, p. 6).

Mais uma vez, estão presentes os três elementos fundamentais do conceito: conservação, povos tradicionais e desenvolvimento.

A proposta inicial de criação de reservas extrativistas na Amazônia estava íntima e declaradamente relacionada à resolução da questão do latifúndio e, de acordo com as *Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia*, elaboradas pelo CNS, as Resex deveriam ser entendidas como parte da luta pela reforma agrária no Brasil. O conceito inovador foi abraçado por organizações ambientais nacionais e internacionais e, após a grande repercussão do assassinato de Chico Mendes, líder dos seringueiros, em dezembro de 1988, foi criada a primeira Reserva Extrativista da Amazônia, em 1990. Antes da criação da reserva, os seringueiros já haviam conse-

guido criar assentamentos extrativistas, que, no entanto, não eram unidades de conservação. Para Franco e Wolff (2000, p. 19),

a criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá, em 1990, significou o fim do sistema de patronagem vigente na área; e significou também, para os moradores espalhados em seus 500 mil ha de áreas de florestas e rios, a responsabilidade de gerenciar a Reserva mantendo os padrões de preservação e melhorando as suas condições de vida.

A análise acima deixa evidentes os conflitos em torno da criação da Resex do Alto Juruá – que, segundo as autoras, é contra um sistema patrimonial – e a conseqüente expectativa de melhorias sociais geradas por sua implementação.

Em julho de 2000, após mais de uma década de tramitação no Congresso Nacional brasileiro, a Lei 9.958 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que conseguiu absorver o conceito de reserva extrativista desenvolvido pelos seringueiros. A Lei, que aparentemente tentou conciliar os antagonismos entre preservacionistas, conservacionistas e socioambientalistas, instituiu dois tipos de Unidades de Conservação: as de proteção integral, ou de uso indireto; e as de uso sustentável, ou de uso direto. Entre essas últimas, as reservas extrativistas foram definidas como

uma área utilizada por populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Brasil, 2000a).

A definição legal não menciona explicitamente a questão dos latifúndios, que, embora sempre presente, parece ter perdido importância na implementação da Resex. Também não há menção à necessidade de modernizar e aumentar a produção extrativista, como forma de

manter a Resex e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, questão sempre defendida pelos seringueiros.<sup>18</sup> No entanto, a legislação vincula o conceito de Reserva Extrativista ao conceito de populações tradicionais, o que facilitará a extrapolação da criação de Resex para além dos limites da região amazônica.

A vinculação da criação de uma Resex à existência de uma “população tradicional” que a reivindicasse foi consolidada pela lei, porém, já estava sendo colocada em prática, tendo permitido a criação de Reservas Extrativistas Marinhas, nas quais a luta pela reforma agrária havia sido substituída pela defesa do modo de vida dessas populações. Assim, em 1997, foi implantado em Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro, o projeto-piloto para a criação das Reservas Extrativistas Marinhas (Prado, 2002), que mais tarde seria implantado também na Baía do Iguape.

---

18. Essa tarefa foi atribuída ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT), um órgão criado em 1992 dentro do Ibama, que teve como uma de suas atribuições “criar, implementar, consolidar, gerir e desenvolver as Reservas Extrativistas em conjunto com as populações tradicionais que as ocupam”. Em 2009, o CNPT foi apartado do Ibama e incorporado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Informações atuais sobre o CNPT estão disponíveis em: <https://bit.ly/41injvt>. Acesso em: 24 out. 2024.



## **CAPÍTULO 4**

# **POPULAÇÕES TRADICIONAIS E IDENTIDADES CULTURAIS**

O entendimento das questões ambientais como questões sociais trouxe as ciências humanas, as humanidades e muitos de seus conceitos para a arena dos debates ambientais. A antropologia talvez tenha sido a pioneira das ciências humanas nos fóruns ambientais, gerando inclusive escolas intimamente ligadas às questões ambientais, como a etnologia cultural, a antropologia ecológica e a etno-ciência, segundo a classificação de Diegues (1994, p. 67-71). Entre os conceitos antropológicos, um que foi totalmente absorvido pelos debates ambientais foi o de populações tradicionais, um conceito que gerou muita controvérsia sobre sua validade e aplicabilidade.

Diegues (1994), no contexto do debate ambientalista, faz um esforço para sistematizar o conceito, apresentando alguns aspectos essenciais para definir uma população tradicional. Entre eles estão: uma relação próxima com a natureza e seus ciclos; a importância da noção de território; uma economia baseada na subsistência e na produção comercial em pequena escala com reduzida acumulação de capital; a importância do parentesco; e o uso de tecnologias simples com baixo impacto ambiental. Entretanto, ele argumenta que todos esses critérios pertencem a um “tipo ideal” de cultura tradicional, que não se concretiza na realidade, especialmente devido às articulações entre essas culturas e o modo de produção capitalista dominante.

O autor também alerta para o perigo de se considerar as culturas tradicionais como estáticas, exigindo a imobilidade das populações tradicionais como forma de permitir sua inserção em áreas protegidas. Em suas palavras,

as culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança seja por fatores endógenos ou exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridas dentro de um modo de

produção que denominamos ‘pequena produção mercantil’. A assimilação de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista nos países capitalistas periféricos não significa necessariamente uma mudança radical de padrões culturais básicos, uma vez que toda cultura tem capacidade de assimilar elementos culturais externos (Diegues, 1994, p. 84).

De todas as características usadas por Diegues para definir uma cultura ou população tradicional, ele destaca a noção de pertencimento, ou identidade cultural. É o autorreconhecimento de uma identidade cultural, que se manifesta por meio dos critérios de pertencimento e da caracterização do outro, que é o critério mais confiável para definir uma população tradicional. Qualquer análise que se esqueça desse critério em nome de uma classificação mais “científica” corre o risco de se apropriar do discurso e da identidade dos outros, moldando-os de forma contrária aos critérios de pertencimento criados pelo próprio grupo.

Almeida parece concordar com Diegues quando diz que a noção de “populações tradicionais” não é um instrumento de classificação de grupos amazônicos; ao contrário, é a designação de um grupo social que se identifica como agente do processo de desenvolvimento sustentável, que tem baixo impacto sobre o meio ambiente e é visto como tal pelo resto da sociedade.

Na prática significa o seguinte, atualmente existem várias linhas de financiamento e várias possibilidades de conseguir terra, que você obtém se você se definir como população tradicional. Como na reserva extrativista, eu tenho que ir ao Ibama e fazer uma reivindicação de criação de reserva extrativista, que é uma figura destinada a populações tradicionais. O que eles vão ver lá é se o grupo que habita essa região tem um potencial, uma organização, se o território está em bom estado, enfim, se as propostas apresentadas por este grupo, são capazes de manter esta área mais ou menos em condições, o que vai dar origem depois ao plano de manejo. Então ela é uma população tradicional. Ninguém vai tirar a

carteira de identidade para ver se é descendente de caboclo, ou se tem cultura tradicional (Almeida, 2000, n.p.).

A discussão sobre o conceito de população tradicional não é, pois, uma discussão inócua; pelo contrário, gera uma aplicação prática e primordial na criação de reservas extrativistas, exigindo cuidados que possam garantir o bom funcionamento da Resex após sua implementação. Vejamos o relato de Prado sobre o problema da definição das identidades durante o projeto piloto para a criação da Resex Marinha de Arraial do Cabo:

Para além dos problemas externos, entre os pescadores do Cabo, com a implantação da RESEX, tornou-se explícita a ausência de uma identidade comum: se o objetivo da reserva extrativista é garantir a exploração dos recursos marinhos apenas por pescadores artesanais e tradicionais do lugar, nas assembleias internas foi muito difícil encontrar, para os mesmos, definição. É que, devido à proliferação de identidades possíveis, por conta dos mecanismos de mudança social que foram acionados no local, ninguém mais sabia dizer quem era realmente o pescador tradicional do Cabo. O principal problema interno, para eles, era distinguir, nesse imenso mar de migrantes, quem poderia ser considerado “minhoca da terra”, e assim realizar sua própria adscrição (Prado, 2002, p. 103).

A partir das citações de Diegues, de Almeida e de Prado, é possível extrair três das principais questões que envolvem a aplicabilidade do conceito de populações tradicionais: o comportamento estático que se espera de tais populações, vinculado a uma visão evolucionista e paternalista, que visa proteger a “pureza” dessas populações; os critérios para a definição externa de uma população como tradicional, que é transferida para o autorreconhecimento da identidade cultural; e, por fim, as dificuldades de definição interna quando os critérios de autorreconhecimento se tornam difusos e as identidades culturais se multiplicam dentro da população.

Voltando ao Iguape, podemos dizer que a identificação da presença ou ausência de debates sobre a formação e o autorreconhecimento da identidade cultural de um grupo no processo de implementação da Reserva Extrativista Baía do Iguape talvez fosse o aspecto mais importante a ser verificado antes de se proceder à sua implementação. Essa seria uma forma de envolver a população local e quebrar possíveis resistências e conflitos inerentes ao processo de criação de uma Resex.

Com relação aos conflitos e à resistência decorrentes das restrições impostas por uma Resex, Prado (2000, s.p.) argumenta que

as restrições ao uso do espaço por outros segmentos sociais não ocorrem sem conflitos entre um grupo que se organiza e outros pescadores livres que exploram o espaço por sua própria conta.

As petições que deram origem ao processo de criação da Resex foram propostas por entidades representativas locais, as quais foram endossadas por um número significativo de assinaturas. No entanto, esse número deve ser relativizado, pois ao compararmos o número de pescadores e marisqueiras associados a uma entidade com o número de pescadores e marisqueiras livres, veremos que, à época dos abaixo-assinados, havia uma enorme predominância destes últimos – cerca de 80% das marisqueiras eram “livres”, segundo dados do Ibama à época (Cordeiro, 1998).

Explicadas as etapas do processo que levou à criação da Resex de Iguape, as questões aqui apresentadas são uma tentativa de verificar a existência de conflitos que possam ter estorvado a efetiva implementação da Resex. Assim, era importante verificar se a criação da Resex era um desejo de uma parcela significativa da população ou se era o interesse de um pequeno grupo local com maior poder de lobby.

Também era necessário conhecer o nível de adesão da população local após a criação da Resex e verificar a possibilidade de invenção de uma identidade cultural entre os habitantes da Baía do Iguape, o que nos permitiria trabalhar com o conceito de “população tradicional”, um dos pressupostos para a criação de uma Resex.

Assim, o que defendia era a importância de se verificar o surgimento de processos de identidades desses trabalhadores e trabalhadoras da pesca no cotidiano e no processo de implementação das Resex, pois, se seguirmos a análise de Thompson sobre as contradições em torno do conceito de classe, podemos argumentar que o conceito de “população tradicional” não é um pressuposto teórico que dispensa verificação empírica; ao contrário, é um conceito que precisa ser “reconstruído” a cada observação para poder ser utilizado, evitando assim os riscos frequentes de tomá-lo como uma categoria estática. De acordo com Thompson (1979, p. 14),

en una sociedad cualquiera dada no podemos entender las partes a menos que entendamos su función y su papel en su relación mutua y en su relación con el total. La ‘verdad’ o la fortuna de tal descripción holística sólo pueden descubrirse mediante la prueba de la práctica histórica [...].

Não bastava dizer que a população da Resex do Iguape era composta em sua maioria por pescadores e marisqueiras para considerá-la uma “população tradicional” e, a partir daí, descrevê-la. Da mesma forma, classificá-la como “tradicional” não diz tudo sobre sua existência histórica concreta. Era preciso conhecê-la, saber se era tradicional ou não e, sobretudo, entender o que significa ser uma “população tradicional” para os extrativistas do Iguape. Ainda de acordo com Thompson (1979, p. 34-35),

teorizamos sobre esta evidencia como teoría general sobre las clases y su formación, y esperamos encontrar ciertas regularidades, ‘etapas’ de desarrollo [...] pero, en este punto, se da el caso en exceso frecuente de que la teoría preceda a la evidencia histórica sobre la que tiene como misión teorizar [...] Partiendo de este (falso) razonamiento surge la noción alternativa de clase con una categoría estática [...], esto proporciona una fácil justificación para la política de ‘sustitución’: es decir, la ‘vanguardia’ que sabe mejor que la clase misma cuáles deben ser los verdaderos intereses de esta.

Não se trata, portanto, de abandonar a teoria em nome do empirismo histórico, mas de tomar cuidado para não cair no erro de enquadrar uma sociedade definindo-a como “tradicional”, impedindo assim a construção de uma interpretação que se aproxime do real.

Concordando com a percepção de que a melhor maneira de descobrir uma população tradicional é perceber a invenção de uma identidade cultural, deve-se observar que o conceito que adotado é o mesmo definido por Frederik Barth (1998) para identidade étnica, que é detalhado por Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (1998), e que também é adotado por vários trabalhos antropológicos desde sua formulação, com todas as suas características, principalmente mobilidade e atribuição.<sup>19</sup> Segundo Barth (1998, p. 195),

os traços culturais que demarcam a fronteira podem mudar e as características culturais de seus membros podem igualmente se transformar, apesar de tudo, o fato da contínua dicotomização entre membros e não membros permite-nos especificar a natureza dessa continuidade e investigar a forma e o conteúdo da transformação cultural [...]. Desta perspectiva, o ponto central da pesquisa torna-se a fronteira que define o grupo e não a matéria cultural que ela abrange.

Assim, as identidades culturais são categorias relacionais, que são sempre definidas em oposição a outro grupo e, portanto, são mutáveis e múltiplas, pois são referenciais e não fixas. Elas dependem de processos concretos de conflito ou luta por benefícios e são moldadas a esses processos. A identidade cultural é tão fluida que pode ser afirmada e negada em diferentes contextos. Esse é frequentemente o caso, por exemplo, da caracterização de um grupo humano como uma “comunidade”. O grupo pode se autorreconhecer como uma comunidade em discursos externos, buscando algum

---

19. Até meados da década de 1980, de acordo com Manuela Carneiro da Cunha: “não há trabalho de antropólogo sobre questões étnicas que deixe de assumir esta definição [a definição de Barth de identidade étnica] como ponto e partida” (Cunha, 1986, p. 117).

benefício, mas internamente as disputas e os conflitos são muito intensos para que todos aceitem essa identidade, mesmo que os líderes locais insistam em apelar para a alegada “comunidade”.

Com relação à mobilidade da identidade cultural, vale lembrar que o próprio conceito de cultura, amplamente adotado pela antropologia, baseia-se nessa característica de fluidez e historicidade. Marshall Sahlins (1997), por exemplo, argumenta que a cultura não é uma camisa de força, pois está em constante movimento, justamente o que garante sua sobrevivência e a fortalece em situações de contato, que sempre existiram e sempre existirão.

Voltando ao exemplo da comunidade, George Marcus (1991, p. 204) afirma que,

o conceito de comunidade, no sentido clássico de valores, identidade e, portanto, cultura compartilhados, foi baseado literalmente no conceito de localidade de modo a definir uma referência básica que orientasse a etnografia. As conotações de solidez e homogeneidade relacionadas com a noção de comunidade foram substituídas, nos estudos da modernidade, pela idéia de que a produção localizada de identidade não depende apenas e nem principalmente das atividades observáveis concentradas em uma localidade específica, ou em diáspora. A identidade de alguém, ou de algum grupo, se produz simultaneamente em muitos locais de atividades diferentes, por muitos agentes que têm em vista muitas finalidades.

Isso ajuda a entender o caráter móvel da comunidade, uma vez que sua aceitação está ligada à fluidez da identidade cultural e às múltiplas referências que a constroem, a comunidade pode oscilar entre a aceitação de uma identidade comunitária e a negação dessa identidade em favor de um tipo de “desidentidade”. Para demonstrar isso, precisamos de exemplos concretos, que teremos nos próximos capítulos, nos quais a questão da comunidade é retomada empiricamente.



## CAPÍTULO 5

# RESERVAS EXTRATIVISTAS: TERRITÓRIOS DE CONFLITO

As questões levantadas até aqui – seja o passado da região da Baía do Iguape e suas diferenças entre as duas margens, seja o desenvolvimento das ideias ambientalistas do mundo natural para o mundo cultural, ou as categorias de população tradicional e identidade coletiva, presentes no discurso sobre as reservas extrativistas – me levaram, ainda que por caminhos tortuosos, a um território específico em formação, um território de conflitos, na concepção adotada da categoria território.

Motivado pelo argumento de Lobão (2000), de que enquanto nas reservas extrativistas terrestres a criação do território protegido é o início de uma possível resolução de conflitos já manifestos, nas reservas extrativistas marinhas o fato significa a possibilidade de manifestação de conflitos ainda latentes,<sup>20</sup> dediquei-me à análise das fontes geradas,<sup>21</sup> optando por trabalhar com duas realidades distintas no território da Resex do Iguape: de um lado, na margem direita da baía, a cidade de Maragogipe, sede da Resex e centro dos debates atuais sobre sua implementação; de outro lado, na margem esquerda, o aglomerado rural de Santiago do Iguape e seus povoados circunvizinhos, especialmente o Engenho da Ponte, locais onde as

---

20. Embora motivado pelo argumento de Lobão, é preciso dizer que não concordo totalmente com ele, pois desconfio que também nas Resex da Amazônia novos conflitos surgiram com a criação das Resex. Alguns exemplos concretos desses novos conflitos estão descritos em Almeida e Franco (2000).

21. As fontes foram gravações de assembleias realizadas em Maragogipe para discutir a implementação da Resex; entrevistas gravadas com pescadores e marisqueiras do Vale do Iguape; e relatos de viagens, todos pertencentes ao acervo do Projeto Paraguaçu, que, há época da pesquisa, estava localizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, em Salvador. Com a extinção do Projeto Paraguaçu muito do acervo se perdeu, sobretudo as gravações, feitas ainda em fitas cassete.

questões suscitadas pela criação da Resex estavam apenas começando a chegar, sendo, para muitos, completamente desconhecidas.<sup>22</sup>

Com relação a Maragogijpe, optei por analisar as assembleias que estavam sendo realizadas para a implementação efetiva da Resex. Para Santiago, trabalhei com os depoimentos de pescadores e marisqueiras, que, embora ainda não estivessem envolvidos nas questões da Resex, puderam contar algo sobre a realidade desse território antes das transformações trazidas pela Resex.

## **Sujeitos históricos e conflitos sociais na implementação da Resex**

Em outubro de 2002, mais de dois anos após a criação da Resex do Iguape por lei, um grupo de representantes de diversas entidades de Maragogijpe se reuniu com o objetivo de traçar estratégias para a implementação de fato da Resex. A primeira medida a ser adotada foi unânime: era necessário criar o Conselho Deliberativo, órgão responsável pela gestão da reserva. O presidente seria um membro do Ibama e seus demais membros seriam: do poder público; dos órgãos ambientais municipais e estaduais; de organizações não governamentais ambientalistas que atuam na área; de representantes relevantes da sociedade civil; e, principalmente, de membros das populações tradicionais da Resex, no caso do Iguape, pescadores e marisqueiras, que deveriam compor pelo menos metade do Conselho Deliberativo.

O Conselho Deliberativo é o órgão responsável por conduzir a construção do Plano de Manejo, o documento mais importante da Reserva, que determina o que pode e o que não pode ser feito na área. Ele é praticamente a Lei da Resex, e sua elaboração tende a ser a grande área de conflito na implementação de uma Reserva Extrativista (Lobão, 2000, p. 47-51). Devido à sua importância, o

---

22. Nas minhas primeiras viagens a Santiago do Iguape, ninguém conhecia a Resex, após sete meses de trabalho de campo, já era possível encontrar pescadores e marisqueiras que haviam ouvido falar da Resex, principalmente depois de uma assembleia sobre o assunto, mas ainda era um número bastante reduzido de pessoas.

Conselho Deliberativo deve ser formado da forma mais transparente e democrática possível. Portanto, não se trata de formá-lo em uma única reunião, mas sim de realizar debates para moldá-lo.

Para isso, foi criado um “Grupo Pró-Conselho Deliberativo”, na reunião de outubro de 2002, cuja missão seria fazer tudo o que fosse necessário para esclarecer as pessoas interessadas sobre que era uma reserva extrativista; definir a composição do Conselho Deliberativo; e garantir a transparência do processo e a participação de pescadores e marisqueiras no Conselho.

Se a necessidade de criação do Conselho Deliberativo foi unânime, a criação do Grupo Pró-Conselho não foi tão tranquila, embora o grupo tenha sido formado com ampla participação das entidades reunidas, resultando em um grupo heterogêneo, revelando os interesses difusos que cercam a criação da Resex. As entidades que formaram o Grupo Pró-Conselho em 2002 estão descritas a seguir, mas só se tornaram mais conhecidas nas assembleias que o Grupo começou a realizar em março de 2003 com o objetivo de construir o Conselho Deliberativo.

### ***Os membros do Grupo Pró-Conselho***

#### *O Ibama*

Em primeiro lugar, o Ibama, órgão federal à época responsável pela execução das políticas públicas ambientais definidas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pela presidência dos conselhos gestores das diversas unidades de conservação. O Ibama local era reconhecidamente um órgão com desempenho deficiente, principalmente devido a limitações estruturais, como a falta de pessoal e de investimentos suficientes para permitir sua eficácia.

No âmbito nacional, havia duas correntes bem-definidas dentro do órgão, que correspondem às duas correntes ambientalistas descritas no terceiro capítulo do livro, ou seja, havia os preservacionistas que eram maioria e se preocupavam principalmente com o papel de supervisão e repressão do órgão, pois sua principal preocupação seria defender a natureza, e havia os conservacionistas, que estavam agrupados em torno

do CNPT e eram responsáveis pela gestão das reservas extrativistas, pois sua principal preocupação era a convivência sustentável entre as pessoas e a natureza. Esse fato gerava reações diversas entre os e as extrativistas sobre a atuação do Ibama, pois era possível encontrar referências a “dois Ibamas diferentes”, um que controla e pune, o Ibama preservacionista, e outro que sabe ouvir e se preocupa em ajudar. Encontrar uma equação que agregasse os “dois Ibamas” parecia ser um problema a ser resolvido pelo órgão (Lobão, 2000, p. 80-81).<sup>23</sup>

Na Resex de Iguape havia apenas um servidor do Ibama responsável por toda a área, o que obviamente era um problema.<sup>24</sup> Como representante do CNPT, Carlos Antônio de Oliveira Santos – ou Carlinhos do Tote, como era conhecido – afirmava que buscava trabalhar combinando a preservação ambiental com a participação ativa da população local. Sob sua coordenação, um projeto de recuperação de áreas degradadas do manguezal de Maragojipe estava sendo desenvolvido por pescadores e marisqueiras e havia ganhado reconhecimento nacional e internacional (Cordeiro, 1998, p. 3). Carlinhos do Tote era uma pessoa carismática, mas, como costuma acontecer com líderes carismáticos, ele não era uma unanimidade. Devido ao questionamento de suas ações no Ibama, ele era, junto com os representantes da Colônia de Pescadores e do Conselho Pastoral dos Pescadores, um dos vetores dos conflitos que surgiram nessa primeira fase de implementação da Resex.

### *A Colônia de Pescadores Z-7/BA*

Desde o final do século XIX, os pescadores no Brasil haviam sido agrupados sob o controle do Estado. Em vários lugares, principalmente na costa do nordeste da região produtora de cana-de-açúcar, a classe de pescadores foi formada a partir dos “deserdados da terra”, primeiro os indígenas e depois os negros, que estavam acostumados a

---

23. A solução foi encontrada em 2009 com o desmembramento do Ibama em dois órgãos: o próprio Ibama e o ICMBio, que absorveu o CNPT e a gestão das Resex.

24. Isso não era privilégio da Resex de Iguape; em poucas Unidades de Conservação Ambiental controladas pelo Ibama à época havia número suficiente de servidores.

extrair parte de seu sustento das áreas de mangue e foram impedidos de ter acesso à terra mesmo após a abolição da escravatura.<sup>25</sup>

A enorme e “perigosa massa humana” que se tornou livre no final do século XIX precisava ser controlada (Chalhoub, 2001). Por isso, em 1898, os pescadores já estavam subordinados à Marinha do Brasil, que os organizou em distritos pesqueiros. Em 1912, os distritos pesqueiros foram transformados em colônias de pesca e ficaram sob o controle do Ministério da Agricultura. Em 1920, o controle das Colônias voltou para a Marinha, que promoveu a criação de mais de mil Colônias de Pesca ao longo da costa brasileira. Em 1933, retornaram ao Ministério da Agricultura e, em 1942, mais uma vez, foram colocadas sob o controle da Marinha. Finalmente, em 1950, foram definitivamente vinculadas ao Ministério da Agricultura, agora organizadas em federações que englobavam todas as colônias de cada estado e uma confederação nacional, que incluía todas as federações (Lobão, 2000, p. 94-96).

Lobão afirma que, apesar de estarem sob o controle do Ministério da Agricultura há cinquenta anos, as marcas deixadas pelo controle da Marinha foram fortes. De acordo com ele:

Devido às relações hierárquicas que a Marinha Brasileira impôs a este grupo de pescadores durante o período republicano em que “colonizou” a pesca artesanal costeira no Brasil, este passo formal [a criação de uma Resex Marinha] na direção de conceder a este grupo sua cidadania plena, corresponde a um verdadeiro desafio. Desafio de superar as imagens construídas sobre este grupo, que faz com que, além da Marinha, outras autoridades, [...], não os reconheçam como interlocutores legítimos (Lobão, 2000, p. 33).

Na mesma linha, Roberto Kant de Lima é ainda mais enfático do que Lobão ao abordar a questão:

---

25. Havia no início dos anos 2000, e ainda há, uma lacuna na historiografia sobre a história social da pesca, sendo o mundo da pesca objeto de pesquisa aprofundada da antropologia.

Historicamente, o pescador artesanal brasileiro sempre foi considerado uma no-entity, gente subalterna, pela Marinha Brasileira; atrasados, verdadeiros fardos ao desenvolvimento da pesca, pelo setor industrial; entraves à ocupação do litoral, pelos especuladores imobiliários; presença promíscua, pelos vendedores do turismo, supostamente ascético, que esterilizam a vegetação e a paisagem a sua volta (Kant de Lima, 1997, p. 3).

Sob todos esses estigmas, as Colônias de Pescadores foram concebidas como um mecanismo de controle e colocaram em prática diversas formas de cooptação de líderes e filiação de pescadores. Até a Constituição Federal Brasileira de 1988, os pescadores eram obrigados a se filiar às Colônias. Desde então, a filiação compulsória foi extinta e as Colônias passaram a adotar novas estratégias de filiação, que envolvem principalmente a obtenção de benefícios da Previdência Social, facilitados pelas Colônias.

Na Baía do Iguape, há uma colônia, a colônia Z-7, com sede em Maragojipe. Nela é possível ver claramente todas as marcas do processo de tutela descrito acima. Os estigmas sofridos pelos trabalhadores do mar são percebidos nas reclamações sobre o mau tratamento que recebem nas agências da Previdência Social e na dificuldade de acesso a direitos fundamentais, como aposentadoria ou pensão por invalidez.<sup>26</sup> Os pescadores e as pescadoras dificilmente são reconhecidos como capazes e precisam ter um interlocutor. A tarefa fundamental da Colônia seria construir uma ponte entre essas trabalhadoras e trabalhadores não reconhecidos e os órgãos e entidades responsáveis pelas políticas públicas que deveriam atendê-los. Muitas vezes, a Colônia assumiria algumas dessas funções, como serviços médicos e odontológicos, por exemplo. Esse era o principal papel da Colônia

---

26. Afirmações feitas a partir de entrevistas foram gravadas em fitas cassete em 22/2/2003, 8/3/2003, 14/3/2003, 16/3/2003, 24/3/2003, entre outras. Essas fitas faziam parte do acervo do Projeto Paraguaçu durante sua existência, mas, infelizmente, se perderam após o encerramento do projeto.

Z-7/BA, cujo presidente, Edício Almeida, ou simplesmente Dicinho, estava, em 2002, há mais de doze anos no cargo.

Assim, a Colônia era baseada em relações paternalistas, nas quais o jogo de reciprocidade garantia alguns benefícios a trabalhadores e trabalhadoras e mantinha no poder algumas lideranças que usavam a Colônia para alcançar objetivos pessoais.<sup>27</sup> O conflito direto entre as classes era, portanto, evitado, uma vez que as classes pobres não possuíam força suficiente para provocar tal confronto. Situação muito semelhante ocorreu com os camponeses, que eram controlados pelos Sindicatos Rurais, entidades com o mesmo perfil dado às Colônias de Pescadores, até que, a partir das Ligas Camponesas da década de 1950, essa classe ganhou força e é ainda hoje um dos mais importantes movimentos de luta de classes do Brasil, o MST.<sup>28</sup>

Foi a Colônia de Pescadores de Maragojipe, sob a orientação do CNPT/Ibama local e com o apoio do Sindicato Rural de Cachoeira, que pleiteou a criação da Reserva Extrativista Baía do Iguape.

### *Conselho Pastoral de Pescadores*

Contrariando as relações paternalistas estabelecidas pelas Colônias de Pesca, o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) começou, na década de 1980, a incentivar a formação de Associações Livres de Pescadores, como forma de libertar a classe da tutela das Colônias (Maneshy, 2001).

Originário das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) – organização progressista da Igreja Católica, que desempenhou um papel importante na defesa dos direitos humanos durante a ditadura militar brasileira, entre as décadas de 1960 e 1980 (Chauí, 1989; Betto, 1986) –, o CPP trabalhava para formar líderes entre os pescadores, para conduzir a classe a relações mais democráticas e igualitárias do que as promovidas pelas colônias. Assim, o CPP se recusava a sim-

---

27. Ênfase que o conceito de paternalismo que uso o tomo emprestado de Thompson (1979), que o define como uma relação de reciprocidade. Ver também: Reis e Silva (1989) e Reis e Aguiar (1996).

28. Sobre a formação do MST, ver: Bogo (2003) e Fernandes (2000).

plesmente substituir a Colônia em sua posição superior nas relações sociais no mundo da pesca, seu objetivo era substituir esses tipos de relações.<sup>29</sup> Foi principalmente graças à ação do CPP que a criação do Conselho Deliberativo e a implantação definitiva da Resex de Iguape estavam sendo precedidas de uma tentativa real de construção por meio de debates abertos e com ampla participação das populações locais, mesmo que a participação desejada não tenha sido alcançada.

### *Outros sujeitos*

As três entidades descritas acima, Ibama, Colônia e CPP, foram os sujeitos históricos que entraram em conflito durante as assembleias realizadas para a criação do Conselho Deliberativo. Entretanto, outros sujeitos se fizeram presentes, alguns constantemente, mas sempre aliados a um dos outros três.

Entre esses outros sujeitos estava a Associação dos Pescadores e Marisqueiras da Vila do Dendê (APMD), que é independente da Colônia, seguindo os preceitos do CPP. Seu principal líder, Preto (como era chamado) teve forte presença nas assembleias da Resex e talvez tenha sido o único representante legítimo de um coletivo de pescadores presente no Grupo Pró-Conselho, que atuava no sentido de fazer ouvir a voz dos pescadores e marisqueiras na implementação da reserva. Preto é um exemplo dos líderes formados pelo CPP.

Algumas Organizações Não Governamentais ambientalistas também participaram do Grupo, entre elas a mais ativa era a ONG Guigui, também alinhada ao CPP. Outra é a ONG Vovó do Mangue, que já havia sido uma fundação ligada à prefeitura de Maragojipe; seu representante no Grupo Pró-Conselho era também o secretário municipal de Meio Ambiente, mas sua participação era dispersa, aparecendo apenas em momentos em que parecia que algo

---

29. As atividades do CPP nas diversas regiões do Brasil eram descentralizadas. Em alguns lugares, por exemplo, o CPP opta por disputar a presidência da Colônia, e já existem muitas Colônias cujos presidentes, sempre pescadores ou pescadoras, são ligados ao CPP. Ver: Maneshy (2001), Potiguar Júnior (2002) e Conselho Pastoral dos Pescadores (1988).

iria ser decidido. Havia ainda outras entidades menos presentes, que raramente apareciam nas assembleias.

O Grupo Pró-Conselho não era um grupo fechado e definitivo; nos debates e assembleias, entidades podiam ser adicionadas e outras podiam sair. Isso aconteceu, por exemplo, com o Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape (Cecvi), cujo líder, Ananias, tornou-se membro do Grupo Pró-Conselho, substituindo o representante oficial da prefeitura, que nunca esteve presente. Ananias foi o primeiro membro do grupo a estar diretamente ligado a Santiago do Iguape e não a Maragogipe, e foi também quem liderou a discussão sobre a Resex de Santiago, do outro lado da baía. Sua atuação como membro do Grupo será interpretada mais adiante, agora vamos ver como esses e outros sujeitos se relacionam nas assembleias para a implementação do Conselho Deliberativo e da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape.

### *As assembleias*

#### *A primeira assembleia em Maragogipe*

Em 22 de fevereiro de 2003, quatro meses após sua criação, o Grupo Pró-Conselho se reuniu pela primeira vez em Maragogipe para discutir duas questões: a Resex e a construção de uma usina hidrelétrica perto da área da Reserva, logo acima da Baía do Iguape. Os objetivos eram encontrar maneiras de impedir a construção da usina hidrelétrica e descobrir se a implementação da Resex poderia ajudá-los de alguma forma. Esse era o objetivo da maioria das cerca de vinte pessoas presentes na assembleia, mas não era compartilhado por todas as pessoas presentes.

Um dos primeiros a falar foi um visitante representando a Fundipesca.<sup>30</sup> Em sua intervenção, ele alertou sobre o poder do gru-

---

30. A Fundipesca é uma ONG que à época trabalhava em conjunto com a Secretaria de Combate à Pobreza do Estado da Bahia, desenvolvendo projetos de incentivo à pesca no Estado.

po empresarial que estava construindo a hidrelétrica e mostrou-se cético quanto à possibilidade de embargar a obra. Para ele, o que deveria ser feito era buscar formas de exigir medidas compensatórias para os impactos socioambientais que seriam causados pela hidroe-létrica.<sup>31</sup> Preto, presidente da APMD, discordou e argumentou que era possível impedir a construção da hidrelétrica por meio da organização e união dos pescadores.<sup>32</sup>

Em relação à posição de Preto, Geovana, presidente do Sindicato de Sociólogos do Estado da Bahia (Sinseba), lamentou que poucos pescadores e marisqueiras estivessem presentes, pois isso enfraqueceria qualquer decisão de luta contra a construção. A demanda por medidas compensatórias também parecia mais viável na fala de Inês, representante dos moradores de São Roque, distrito rural de Maragojipe:

A pesca em São Roque é uma atividade familiar, é o sustento do dia a dia, não é pra guardar dinheiro. Qualquer impacto atinge o dia a dia das marisqueiras que saem todo dia pra mariscar o almoço [...]. Isso é o que me preocupa, a economia familiar. Temos que fazer tudo para o impacto ser minimizado.<sup>33</sup>

O representante do CNPT/Ibama, Carlinhos do Tote, se opôs à exigência de medidas compensatórias, por considerá-las paliativas, e lembra que a Resex era uma forma de lutar para embargar a construção da hidrelétrica:

---

31. Os membros do Grupo Pró-Conselho que se opunham à construção da barragem hidrelétrica argumentavam que, com a barragem, haveria um aumento no fluxo de água doce e uma diminuição no fluxo de nutrientes para a baía, o que poderia causar fortes impactos, como a diminuição dos estoques de peixes e o desaparecimento de algumas espécies.

32. Todos os relatos citados foram gravados em fitas cassete e estiveram sob a guarda do Projeto Paraguaçu. Infelizmente, grande parte do acervo se perdeu após a extinção do Projeto.

33. Ver: Nota 32.

Sempre teve abundância de pesca em Maragojipe, com os impactos ambientais e o aumento do esforço de pesca, com o fechamento da fábrica, a produtividade caiu. Veja nas atas da Colônia quantos pescadores tinha antes, 200 ou 300, hoje tem mais de 2000. [Sobre as medidas compensatórias] eu digo: esse negócio de dar rede e canoa não vai melhorar a vida do pescador. Nós temos que ver o que podemos fazer enquanto Resex. Nós temos direitos [garantidos] pela legislação.<sup>34</sup>

Para aqueles que se opunham à construção da usina hidrelétrica, tratava-se, portanto, de uma questão de discordância quanto à estratégia a ser adotada: lutar por medidas compensatórias ou pela paralisação da construção da usina. Mas houve também quem não se opusesse ao projeto. Edício, presidente da colônia Z7, argumentou que a hidrelétrica poderia trazer benefícios, pois, segundo ele, o aumento do fluxo de água doce poderia trazer novas espécies de peixes. Ele argumenta que a colônia deve se preocupar com todos os pescadores e marisqueiras, e a hidrelétrica poderia ser muito boa para muitos pescadores e marisqueiras.

Uma das poucas marisqueiras presentes se opôs veementemente ao argumento de Edício:

Dicinho disse que essa água vai ser muito boa para o pescador. Ele falou do camarão e do peixe. Mas e eu que marisco mapé, que só dá com a maré seca, eu que não tenho canoa e rede pra ir por alto mar, vou morrer de fome? Muita coisa tem que ser esclarecida quando tiver mais gente aqui.<sup>35</sup>

A fala dessa marisqueira ofereceu os primeiros indícios de que havia divergências entre os pescadores e marisqueiras sobre as posições da Colônia.

O representante da ONG Vovó do Mangue também procurou mitigar os impactos da usina hidrelétrica, embora o tenha feito de

---

34. Ver: Nota 32.

35. Ver: Nota 32.

forma menos direta do que Edício. Ele argumenta que a Votorantim, o grupo que estava construindo a usina hidrelétrica, era um grupo empresarial respeitável, com um nome a ser protegido.<sup>36</sup> Em meio a algum tumulto, Edício tentou retornar à questão da Resex, que, no fim das contas, deveria ser o tema da assembleia:

A preocupação agora é com a Votorantim, mas tem outras preocupações que vocês estão se esquecendo. Vocês estão se esquecendo que a gente tem que formar o Conselho Deliberativo [da Resex], isso era pra ontem [...]. Primeiro tem que formar o Conselho, depois a gente pode conseguir algo. E não é só a hidroelétrica, tem outros problemas que só vão ser resolvidos com a formação do Conselho. [...] Vocês não querem dar o crédito que a Colônia merece, nós temos 2 mil associados. Temos que fazer um trabalho conjunto, não estou pensando só em mim.<sup>37</sup>

“*Vocês não querem dar o crédito que a Colônia merece*”, a insistência em dar à Colônia um papel central na implementação da Resex era a principal característica do discurso do presidente.

A partir daí, a reunião entrou na discussão sobre a criação do Conselho e foi conduzida pelos discursos do representante do CPP, Marcus, e pelos receios de Edício sobre a participação da Colônia no Conselho. Para Marcus:

Os problemas da Resex vão muito além da hidroelétrica. A Resex foi criada apenas no papel. Tem apenas um funcionário, que diz não haver recursos [...]. O Governo cria a Resex e a Resex não tem nenhuma possibilidade de funcionamento. Diversos fazendeiros vêm comprando terras aqui. A população está sendo expulsa das terras. Agora mesmo um fazendeiro expulsou ao menos dez famílias de pescadores da Resex. Pescadores estão sendo proibidos de pescar em algumas áreas. [...]. A discussão do Conselho está em pau-

---

36. Ver: Nota 32.

37. Ver: Nota 32.

ta, este grupo nasce justamente da necessidade de se criar o Conselho. No final do ano passado [...] a gente não tinha condições de fazer o Conselho, [pois] a comunidade nem sequer sabia da existência da Resex. [...] Já existe condições de construir o Conselho? Se sim, viva! Se não, quais são as etapas que a gente deve construir?<sup>38</sup>

Marcus destacou o principal problema que era “*a Resex só foi criada só no papel*”, e isso havia sido feito sem o conhecimento dos pescadores e das marisqueiras. Talvez, justamente por isso, por ter sido criada sem a participação de trabalhadores e trabalhadoras, que deveriam ser seus maiores beneficiários, a Resex não tinha sido efetiva três anos após a sua criação, e a violência e as irregularidades denunciadas pelo CPP continuassem ocorrendo. Isso reforçava a necessidade de criação do Conselho, a fim de tornar a Resex um instrumento de luta para marisqueiras e pescadores. Mas essa necessidade era precedida da importância de se construir um Conselho em meio a um processo que tinha que ser lento o suficiente a fim de garantir uma composição democrática com a participação efetiva de trabalhadores e trabalhadoras da pesca.

Nas discussões, era possível destacar três grupos e suas posições, que se tornariam cada vez mais incisivas. O CPP, questionando abertamente a responsabilidade do Ibama na implementação da Resex e a atuação da Colônia como representante da classe pesqueira; a Colônia e sua preocupação com sua fração de poder e controle no funcionamento da Resex, que buscava por meio de tentativas de manipulação dos pescadores e marisqueiras associadas; e o Ibama, que buscava se sustentar com um discurso pretensamente técnico e neutro, posição que não se manteria até o final, principalmente devido aos questionamentos do CPP.

No final da assembleia, em 22 de fevereiro de 2023, ficou decidido que o Grupo Pró-Conselho seria responsável por solicitar formalmente ao Ibama a realização de um novo censo dos pescadores e marisqueiras da Resex, já que o existente estaria desatualizado, e também que o Grupo deveria visitar todos os povoados da região

---

38. Ver: Nota 32.

para informá-los sobre a Resex, para que então fosse possível formar o Conselho Deliberativo com ampla participação das populações locais. A próxima assembleia seria em São Roque do Paraguaçu.

### *A segunda assembleia em São Roque do Paraguaçu*

A reunião em São Roque foi realizada no dia 8 de março de 2003, Dia Internacional da Mulher. Dessa vez, foi uma assembleia repleta de trabalhadoras, sobretudo marisqueiras. Das cerca de 100 pessoas presentes, aproximadamente 90 eram marisqueiras. A participação mais ativa das mulheres nas reuniões e discussões sobre a atividade pesqueira era uma característica marcante da população da Baía do Iguape. Talvez isso se devesse ao fato de as mulheres serem as maiores responsáveis pelo sustento da família, o que foi reconhecido nas discussões da Resex em uma das poucas decisões acordadas até aquele momento.

Apesar da casa cheia, dois dos principais sujeitos não puderam comparecer. O representante do Ibama, Carlinhos do Tote, abriu os debates, mas teve que se ausentar. O representante do CPP, Marcus, não estava presente, mas suas aliadas estavam. Os debates foram então polarizados entre a Colônia, de um lado, e a ONG Guigui com a Associação Dendê, de outro. As divergências ficaram mais claras e as posições mais fortes.

Edício, presidente da Colônia, esteve no centro das discussões. No início do dia, ele pediu a palavra e iniciou um discurso político de ataques indiretos a ONGs e de valorização da Colônia:

Eu quero que vocês entendam o que a gente veio fazer aqui. Já tivemos reuniões, reuniões e até agora nada [aconteceu]. [...] Ninguém fala da Colônia. Ninguém fala que a Colônia é importante para a comunidade pesqueira de Maragojipe. [...] todo mundo já sabe o que é uma Resex, não é hora mais de esperar. [...] Agora mesmo o pessoal de Enseada veio reclamar que os pescadores de Salinas das Margaridas estão pescando na área da Resex. Isso é problema pro Con-

selho Deliberativo resolver, se já existisse o Conselho muitos problemas não estariam acontecendo, tá faltando acelerar o processo. Vocês sabem que a Colônia é o único órgão que faz alguma coisa pelas marisqueiras: na hora do médico, na hora do benefício, na hora que a marisqueira tem uma dor de cabeça, é a Colônia [que resolve]. Só que a Colônia é sempre rejeitada, é sempre humilhada. [...] Eu trabalho com transparência. A colônia trabalha com vocês, o compromisso da Colônia é com vocês. [...] Muitas ONG têm ciúme da união que os pescadores têm com o presidente da Colônia [...]. A minha preocupação é com vocês, não é com ONG, se eu não presto por isso, vou morrer não prestando.<sup>39</sup>

Mais uma vez, Edício insistiu na importância da Colônia e demonstrou sua preocupação com a parcela de poder que essa entidade teria na administração da Resex. Para ele, “tantas reuniões” diminuíam a eficácia da Resex e, ao que parece, ele temia que a ampla participação, que é o objetivo das reuniões, diminuísse o peso da Colônia.

O presidente da Colônia já havia passado mais de meia hora falando e tinha o público a seu favor, quando Preto, presidente da Associação Dendê, tentou dar a palavra a outra pessoa. Edício resistiu e ameaçou que, se não lhe fosse permitido falar, iria se encontrar com “seu pessoal” em outro lugar e encerraria a assembleia do Grupo Pró-Conselho.

O sentido do discurso de Alda, representante da ONG Guigui, também revela o clima conflituoso do debate e as acusações indiretas:

O Conselho ainda não foi criado porque vocês não precisam de padrinho, são vocês quem tem que decidir. Nós precisamos formar o Conselho logo, mas não podemos abrir mão da participação efetiva de pescadores e marisqueiras [...]. A gente não pode por nesse Conselho pescadores que não representem sua classe [...]. Vocês têm que escolher pessoas que vocês confiam, que vocês sabem que não vão se vender [...]. Queriam que a Resex fosse feita a toque de caixa, sem a participação de pescadores e marisqueiras, boa coisa

---

39. Ver: Nota 32.

não estava atrás disso. A Resex pode melhorar ou piorar a vida de vocês, depende de quem estiver no Conselho [...]. O Conselho só não foi formado porque ainda tem muito pescador que não sabe o que é Resex, no Iguape [Santiago] os pescadores não sabem o que é Resex, aqui também tem pescador que não sabe.<sup>40</sup>

Alda retomou as preocupações de Marcus sobre a construção de um Conselho com ampla participação dos pescadores e argumenta que a pressa em construir o Conselho pode esconder interesses privados. Essas abordagens marcavam o discurso do CPP e de seus aliados, e revelavam uma visão dupla sobre os trabalhadores e trabalhadoras da pesca: ao mesmo tempo que buscavam garantir sua voz e seu direito de participação, por vezes destacavam um provável desinteresse da classe em assuntos que os tocavam diretamente. “*Tem muito pescador que não sabe o que é Resex*”, argumentam. Os pescadores devem falar, mas primeiro precisam ser ensinados a falar. Assim, o CPP, mesmo que sempre tenha buscado suprimir as relações paternalistas que são modelos para a Colônia, não conseguia nesse momento se livrar de toda uma postura esclarecida e vanguardista de “*formação de consciência de classe*”.

A assembleia foi novamente interrompida por Edício. Com o acordo de que os discursos seriam curtos e sobre a Resex, ele fala novamente:

Eu falei o que tinha que falar. Desculpe, mas eu suspeito de ONG, eu já fui muito perseguido por ONG [...]. Agora tem outra questão: é o financiamento de canoas e redes que foi liberado para a Fazenda Pilar [...]. O Pilar não é Reserva, isso é bem claro. Eles tiveram canoa, muitos metros de rede, tudo bem. Mas eles estão saindo da área deles e pescando na nossa área [na Reserva]. Isso tem que ser discutido com o pessoal do Pilar.<sup>41</sup>

---

40. Ver: Nota 32.

41. Ver: Nota 32.

O novo discurso de Edício revelava outro tipo de conflito, entre trabalhadores e trabalhadoras e não entre líderes de organizações, o que será abordado dois parágrafos abaixo. Depois disso, a reunião permaneceu calma e, no final, a única decisão foi que a próxima assembleia seria em Santiago do Iguape.

Os debates destacados na assembleia de São Roque são importantes, pois esclarecem os dois tipos de conflitos que teriam de ser enfrentados em dois estágios diferentes da implementação da Resex. O primeiro na fase atual de construção do Conselho Deliberativo, na qual trabalhadores e trabalhadoras ainda estavam ausentes e os conflitos eram sobretudo de natureza ideológica entre líderes das organizações envolvidas no processo e suas visões de mundo. Nesse momento, os grupos em luta buscavam, por um lado, mudar uma relação de poder com a qual não concordam, como é o caso do CPP e suas aliadas. Por outro lado (principalmente a Colônia e, de certa forma, o Ibama), buscavam manter o poder que lhes era favorável.

O segundo tipo de conflito é revelado na fala de Edício, quando ele se preocupa com os pescadores das vilas vizinhas à Resex que estão pescando na área da reserva, que agora teria “dono”, os pescadores e marisqueiras dos povoados da Baía do Iguape. Certamente esses outros pescadores sempre pescaram na Baía, mas agora isso se tornou um motivo de confronto. Esses novos conflitos intraclasses e outros já existentes, como diferenças nos métodos de pesca, tendiam a se tornar mais relevantes no momento da elaboração do Plano de Manejo da reserva, quando pescadores e marisqueiras fossem incluídos nas discussões.

Até aquele momento, esses trabalhadores e trabalhadoras não tinham comparecido às reuniões.<sup>42</sup> Parece que a Resex não havia sido apresentada como uma questão relevante para eles e para elas. E isso não era sem razão, nem se explicava por uma falta de consciência de

---

42. A única exceção foi a assembleia de São Roque, que, como vimos, estava repleta de pescadores e, principalmente, de marisqueiras. Mas poucos se manifestaram. Além disso, aos sábados à tarde, dia em que foi realizada a assembleia, essas trabalhadoras sempre se reuniam para discutir seus problemas. O Grupo Pró-Conselho se aproveitou desse fato, pedindo para usar o espaço dessa reunião para falar sobre a Resex, que, segundo eles, seria do interesse das marisqueiras.

classe. A criação da Reserva Extrativista foi feita sem a participação de pescadores e marisqueiras e as questões que ela tinha trazido até então não pareciam intervir em suas vidas, sendo ainda questões de disputas de poder entre líderes, que sequer tinham influência em todos os povoados da área da Resex.

No momento da elaboração do Plano de Manejo, as questões estariam diretamente ligadas às atividades dos pescadores e marisqueiras. Aí, poderia haver um aumento da participação, como havia acontecido, por exemplo, na criação da Resex de Arrabal do Cabo, conforme demonstrado por Lobão (2000, p. 47-51).

### *A quarta assembleia em Maragogipe*

Depois de São Roque, a terceira assembleia foi realizada em Santiago. Ela não foi dominada por discussões sobre a Resex, mas sobre problemas locais, que são de nosso interesse, mas que serão tratados em seu devido lugar. A quarta reunião foi novamente em Maragogipe, em 24 de março de 2003. Lá, os debates foram ainda mais acalorados, dessa vez entre o CPP e o Ibama.

A assembleia estava completamente esvaziada. Já vimos que os conflitos nessa fase são alheios aos trabalhadores e trabalhadoras da pesca, que se ausentam das reuniões, sabiamente, poderia ser dito, mesmo que alguns membros do Grupo Pró-Conselho prefiram lamentar a desorganização da classe pesqueira.

Além dos membros do Grupo Pró-Conselho, eu e quatro ou cinco moradores estávamos presentes na reunião. Talvez por isso, as discussões mais inflamadas tenham ocorrido naquele dia. Marcus, do CPP, acusou Carlinhos do Tote, do Ibama, de não ser transparente e direto em suas propostas, e pediu-lhe uma posição mais clara sobre as questões de implementação da Resex. Carlinhos não aceitou as acusações e se defendeu dizendo que era filho de Maragogipe e que havia dedicado toda sua vida ao bem de sua terra natal, enquanto Marcus era um forasteiro. A discussão permaneceu tensa e a reunião, que já havia fracassado devido à ausência, foi interrompida.

Duas outras reuniões foram ainda realizadas em Maragójipe. Em ambas, os mesmos confrontos e sujeitos presentes, com exceção do representante do CNPT, Carlinhos do Tote, que não apareceu mais nos eventos do Grupo Pró-Resex após a discussão com Marcus da CPP.

Houve poucas novidades entre os discursos e decisões, mas algumas foram expressivas. Em primeiro lugar, a mudança no discurso de Edício, presidente da Colônia, que, de uma pressa em criar o Conselho Deliberativo sem a necessidade de “tantas reuniões”, passou a reconhecer a necessidade de um processo mais lento. Talvez essa mudança tenha se devido ao temor da consolidação do Conselho sem que a Colônia tivesse conseguido convencer os demais de sua suposta prioridade no Conselho. Teria sido do interesse da Colônia criar o Conselho a portas fechadas, mas agora que as portas seriam abertas, seu presidente precisa de tempo para ganhar impulso.

Duas outras decisões ainda merecem destaque: uma foi a decisão unânime de que pelo menos metade mais um da parte dos trabalhadores e trabalhadoras do Conselho Deliberativo seria composta por marisqueiras. Essa decisão reconhecia a grande importância do setor de mariscos nas atividades extrativistas da baía. Enquanto a pesca é uma atividade incerta e exige uma média de 6 horas de trabalho por dia, a mariscagem é uma atividade com produto certo (uma marisqueira nunca volta do mangue sem mariscos) e com uma jornada de trabalho de cerca de 16 horas.<sup>43</sup>

A outra decisão foi simbólica: o prazo acordado para a criação do Conselho Deliberativo seria 20 de novembro de 2003, “Dia Nacional da Consciência Negra”. Esse simbolismo revela o quanto a questão das populações pesqueiras está relacionada às questões de inclusão da população negra e à construção de uma nação para todos, pelo menos no caso da Baía do Iguape.

Essas revelações dos discursos e simbolismos mais inflamados são as marcas que se acentuam nos momentos de luta; são os rastros deixados

---

43. Ver: Cordeiro (1998, p. 21). No Apêndice, reproduzo dados de Cordeiro sobre o número de horas de pesca por dia, mas isso não inclui o trabalho posterior necessário para o peixe, que quase sempre era feito pelas marisqueiras.

na passagem dos conflitos latentes para os conflitos declarados, espaços privilegiados para o olhar do pesquisador. Por isso, era importante estudar a implantação da Resex como um caminho para uma reflexão mais profunda sobre a vida na região da Baía do Iguape, ou seja, a criação da Resex do Iguape foi uma boa oportunidade para perceber a vida e as relações sociais dos grupos humanos da Baía do Iguape.

Os conflitos que apareceram nas reuniões do Grupo Pró-Conselho eram apenas uma faceta dos conflitos que existiam na região e que tenderam a se manifestar com o processo de criação da Resex. Assim como os conflitos entre CPP, Ibama e Colônia são anteriores à Resex e foram estimulados por ela, outros conflitos entre trabalhadores e trabalhadoras da pesca, e entre essas pessoas e outros grupos, existiam independentemente da Resex, mas tenderam a se manifestar no processo, que exigia definições e, talvez, a adoção de novas formas de luta mais abertas e o abandono de antigas estratégias de poder baseadas na reciprocidade. Por exemplo, na elaboração do Plano de Manejo da Resex, momento crucial na implementação da Resex, em que suas “leis” são definidas, era razoável supor que os conflitos se tornariam mais fortes, tanto entre as entidades envolvidas na criação da Resex quanto entre pescadores e marisqueiras que teriam de participar do processo.

Para ver esse outro lado dos conflitos, entre trabalhadores e trabalhadoras da pesca, ainda alheios e alheias aos conflitos internos ao Grupo Pró-Resex, vamos para o outro lado da baía, no Vale do Iguape, onde, com uma inserção mais profunda, foi capaz de ir além das reuniões sobre a Resex.

## CAPÍTULO 6

# SANTIAGO E O VALE DO IGUAPE: OUTROS CONFLITOS

Como já disse, em Santiago do Iguape e nos seus povoados vizinhos, a Resex ainda era uma desconhecida passados mais de dois anos de sua criação legal, e também por isso era importante falar de Santiago, para conhecer o território e seus conflitos e peculiaridades antes que ele viesse a ser afetado pelas possíveis transformações da Resex. Mas não era só por isso, era sobretudo importante falar de Santiago para que Santiago, Caimbongo, Engenho da Ponte ou outros povoados do Vale não viessem a ser esquecidos no processo de implantação de um projeto de desenvolvimento local, que é uma reserva extrativista.

Aloísio Magalhães, um dos intelectuais que procurou pensar o Brasil de um ponto de vista brasileiro, escreveu um belíssimo texto sobre a necessidade de esquecer ou não esses pequenos vilarejos e seus modos de vida, que, apesar de relativamente longo, reproduzo aqui, pela relevância e prazer que oferece.

A nossa realidade é riquíssima, a nossa realidade é inclusive desconhecida [...]. É essa realidade que precisa ser conhecida [...]. É como se o Brasil fosse um espaço imenso, muito rico, e um tapete velho, roçado, um tapete europeu cheio de bolor e poeira tentasse cobrir e abafar esse espaço. É preciso levantar esse tapete, tentar entender o que se passa por baixo. É dessa realidade que nós devemos nos aproximar, entendendo, tendo sobre ela uma certa noção. Isto me lembra uma história que vou contar a vocês [...]. Eu vim a São Paulo para uma reunião de tecnologia, uma reunião extremamente científica e tecnológica, de nível muito alto [...] era uma escala tão grande, e eu que vinha do Nordeste comecei a ficar perplexo porque não entendia como é que se podia pensar numa escala tão grande quando em outros contextos não se poderia nem imaginar aquilo. E eu não sabia como intervir, [...] de repente [...] me virei, interrompi a reunião e disse bem alto: E Triunfo? Aí a reunião

parou, um sujeito [...] disse: “E o que é Triunfo?” [...] Aí eu disse: Quando você viaja pelo sertão de Pernambuco, a partir de Serra Talhada [...] tem uma estrada que você sobe. Você começa a percorrer essa estrada, vai subindo o chapadão do Araripe, e vai mudando a paisagem, vai mudando a paisagem e começam a aparecer árvores, frutas, [...], a construção muda [...] Toda a paisagem vai mudando [...]. E quando você chega a mil metros de altura, numa curva da estrada, você avista a cidade de Triunfo. [...] uma pequena cidade no topo da Serra do Araripe, [...]. Uma escala perfeitamente mantida, uma densidade correta. E eu entrei na cidade, parei numa praça, saltei do carro e [...] saí [...] para ver Triunfo, o colégio das freiras belgas, o convento dos franciscanos, o lugar onde as mulheres lavam a roupa, que tem uma fonte para lavar roupa. Enfim, [...] toda uma forma de vida que a meu ver tem uma representatividade imensa e que nada tinha a ver com a escala da discussão em que nós estávamos. Essa foi a única maneira que eu encontrei de intervir na conversa e deixar uma cunha, deixar uma referência que não sei se atuou ou não nas cabeças das pessoas daquele nível de tecnologia, mas que era realmente uma tentativa de dizer que existe Triunfo. E quantos Triunfos existem por aí? [...] nesse sentido eu acho que a realidade brasileira nos oferece muita coisa que não está ainda devidamente equacionada (Magalhães, 1985, p. 42-22).

Restava-me tentar responder à pergunta: e Santiago do Iguape?

## **Santiago do Iguape**

No dia 30 de novembro de 2002, cheguei pela primeira vez a Santiago do Iguape. O carro que me levou até lá era um Veraneio muito antigo, um daqueles carros que só podiam ser dirigidos nas estradas ainda não pavimentadas que levavam aos pequenos vilarejos do país.

Santiago se mostrou grande em relação às minhas expectativas.<sup>44</sup> Tive algum trabalho para desenhar um mapa do lugar em minha mente, e não tenho certeza do que encontrei. Também é linda, não só por sua monumental igreja do século XVIII e pelas águas do rio Paraguaçu que correm ao seu lado, mas também pelas casas de barro e bambu, pelas crianças brincando no meio da terra, pela praça malconservada...

Com o passar do dia, comecei a ver os traços mais fortes do lugar. Em primeiro lugar, os apetrechos de pesca espalhados por toda parte, em frente a várias casas, nas lojas e no porto. Outra característica que não passava despercebida em Santiago era sua musicalidade, seja no samba de roda, na capoeira, nas serestas ou nas frequentes brincadeiras que seus moradores e moradoras fazem entre si, é fácil encontrar um grupo cantando ou dançando.

Naquele primeiro dia, também tive a oportunidade de presenciar uma manifestação da forte religiosidade local, por meio da incorporação de um orixá por um de nossos cicerones. Manifestações como essa se repetiriam várias vezes depois, devido à forte presença das religiões afro-brasileiras em todos os povoados do Vale do Iguaçu e sua influência na vida dos habitantes da região.

Ela [a parteira] fazia [o parto], quando ela via que o negócio tava demais, ele [Xangô] pegava ela [...]. Eu nasci sem falar, não chorava, não respirava [...] e nisso, foi tempo de festa. Eu nasci no dia santo de Bom Jesus da Lapa, na hora da procissão de Bom Jesus da Lapa. Minha madrinha [parteira] ia pra procissão e voltou [...]. Quando eu nasci, eu não chorei, e disseram: – tá morta. Então o guia dela [Xangô] pegou ela. Pegou ela, chamou os ogã dela, um segurando e os outro deu três pancada que ela mandou, aí eu botei o choro fora. Quando eu botei o chora fora, então ele disse: – essa é minha, nessa ninguém mete a mão, essa já nasceu feita.<sup>45</sup>

---

44. Baseado em levantamento que eu mesmo realizei, estou seguro em afirmar que havia pelo menos 600 casas e 3.000 habitantes em Santiago à época da pesquisa.

45. Ver: Nota 32.

Esta é a história de uma senhora idosa de Santiago sobre seu nascimento. Histórias como essa e sobre manifestações de orixás faziam parte do cotidiano dos habitantes dessa região e formavam uma de suas faces mais expressivas.

Santiago havia sido descrita para mim como uma cidade de pescadores e marisqueiras, o que era verdade. No entanto, fiquei surpreso ao encontrar, no primeiro contato, outros traços além daqueles deixados pela pesca. Esses rastros são tão fortes quanto aqueles, ou seja, a pesca não é o único traço que define a vida comum em Santiago do Iguape. A musicalidade e a religiosidade, ambas claramente marcadas pelas raízes africanas da região, são, à primeira vista, mais gregárias e eloquentes, as marcas mais visíveis de uma possível identidade cultural em Santiago. Os laços da pesca são menos diretos, e não podemos dizer de antemão que “ser iguapense é ser pescador”.<sup>46</sup>

A busca por uma identidade cultural iguapense se mostraria mais difícil do que poderia, a princípio, parecer. Admitindo que uma identidade cultural se define por atribuição, como faz Prado (2002) ao descrever a atividade pesqueira como o traço diacrítico escolhido pelos pescadores de Arraial do Cabo, percebemos que em Santiago não havia uma escolha. No entanto, assim como podemos entender a escolha de uma identidade cultural como uma forma de organização política, forjando grupos por meio de traços comuns escolhidos entre vários possíveis, também podemos perceber na recusa em escolher traços diacríticos outra forma de luta. Para isso, é preciso saber ouvir o que o silêncio canta, e eram muitos os silêncios que ressoavam na criação da Resex de Iguape.

### ***O discurso da comunidade***

Em 16 de março de 2003, Ananias, que, além de membro do Grupo do Conselho Pró-Deliberativo da Resex, era presidente do Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape (Cecvi) e um dos líderes mais

---

46. Na análise da Resex de Arraial do Cabo, Prado resgata a expressão “ser cabista é ser pescador” a partir do testemunho de um pescador local (Prado, 2002, p. 81).

ativos de Santiago, convocou uma assembleia com pescadores e marisqueiras para discutir a implementação da Reserva Extrativista.

No horário combinado, havia apenas 10 pessoas no Cecvi, e pelo menos metade delas não era de pescadores e marisqueiras. Com grande atraso, a assembleia começou com cerca de 15 pessoas, das quais cerca de 10 eram trabalhadores e trabalhadoras da pesca. O absenteísmo e o anunciado fracasso da assembleia provocaram o discurso de Ananias. A Resex foi quase esquecida e o que se ouviu foi um discurso criticando o descompromisso da “comunidade” de Santiago, porque lá a “comunidade” era mais difícil de trabalhar do que em Maragojipe, onde as assembleias sempre tinham público, ou como em São Roque, onde o povo aparecia, mas na “comunidade” de Santiago não havia união.<sup>47</sup>

Os discursos de Ananias e de outros líderes em Santiago estavam sempre marcados pela palavra “comunidade”. Parece que eles buscavam na “comunidade” a união social que lhes permitiria conduzir seus planos para a região por meio da legitimação de um corpo social único e harmônico, e, de preferência, de acordo com as propostas por eles apresentadas. Mas é possível pensar em uma “comunidade” em Santiago? Parecia-me que a resposta era não, ao menos em princípio. Isso se devia em parte às divisões internas e à recusa em escolher uma identidade única, fatos que se manifestavam, por exemplo, na existência de quatro associações de bairro diferentes em Santiago, que disputavam influência; ou na inexistência de uma associação de pescadores e marisqueiras; ou no grande número de líderes locais que, em períodos eleitorais, concorriam ao legislativo municipal por não conseguirem chegar a um acordo sobre um ou dois candidatos para o distrito, o que impossibilitava a eleição de qualquer candidato, devido à pulverização dos votos.

No entanto, havia ocasiões em que as pessoas de Santiago se disfarçavam de “comunidade”, quando havia motivação forte o suficiente para fazê-las desempenhar esse papel. Essa representação poderia ir mais longe e ser capaz de forjar uma “comunidade” do Vale

---

47. Ver: Nota 32.

do Iguape. Foi o que aconteceu, por exemplo, no dia 9 de fevereiro de 2003, quando, no mesmo local onde seria realizada a futura assembleia da Resex, agricultores, pescadores e marisqueiras se reuniram para discutir com o secretário estadual de Combate à Pobreza, padre Clodoveo Piazza, e alguns de seus assessores, alguns projetos para auxiliar a atividade pesqueira e agrícola.<sup>48</sup> Essa questão, uma preocupação cotidiana desses trabalhadores, levou à criação de uma rede momentânea de identidades e à incorporação do papel de “comunidade”, algo que a Reserva Extrativista não era capaz de fazer. A “comunidade” se manifesta quando se fala com ela, seu silêncio revela uma interpelação inadequada.

Identidades – e a “comunidade” é uma forma de identidade – são relacionais e muitas vezes dependem de, e são moldadas por, processos concretos de conflito e luta por benefícios. Nesse sentido amplo, o conceito de identidade cultural inclui até mesmo a ideia de desidentidade, que pode parecer antagônica, mas não é, na medida em que também se mostra como uma forma de luta, um discurso prático de recusa a uma categoria que se deseja impor sem que haja uma “comunidade de significados” (Backso, 1984)<sup>49</sup> que vincule a identidade que se busca criar às práticas que se busca definir.

Bauman (2003) afirma que a “comunidade” é sempre um mundo além de nosso alcance, é sempre um desejo para o futuro, embora sempre se refira a um passado perdido de harmonia e prosperidade, que buscamos redescobrir. Na “comunidade” não há brigas e as discussões, quando ocorrem, são amigáveis e para o bem comum. No entanto, há um preço a pagar pela harmonia da “comunidade”,

---

48. A inclusão da questão da pesca artesanal e da agricultura de subsistência em uma Secretaria de Combate à Pobreza era reveladora da importância dada a esse setor, que à época ainda era assistido por meio de políticas compensatórias em vez de políticas estratégicas que buscam explorar o potencial produtivo dessas atividades.

49. A comunidade de sentidos representa a existência de uma base comum entre um imaginário preexistente e o novo imaginário que se pretende criar, o que possibilita que um novo símbolo estabeleça uma relação entre objetos e ideias. Sem a comunidade de sentidos, um novo símbolo pode ser inócuo.

que é a perda da autonomia, ou o direito à individualidade em favor de uma identidade coletiva. De acordo com Bauman (2003, p. 17):

Quando começa a versar sobre seu valor singular, a derramar-se lírica sobre sua beleza original e a afixar nos muros próximos loquazes manifestos conclamando seus membros a apreciarem suas virtudes e os outros a admirá-los ou calar-se – podemos estar certos de que a comunidade não existe mais (ou ainda, se for o caso). A comunidade ‘falada’ (mais exatamente a comunidade que fala de si mesma) é uma contradição em termos.

A comunidade, como pensada por Ferdinand Tönnies em sua clássica oposição entre sociedade e comunidade, pressupõe um entendimento compartilhado por todos os seus membros, um entendimento que não é feito por acordo ou consenso entre opiniões diferentes, mas é um entendimento “natural”, originado da organização do modo de vida da comunidade. É claro que se percebermos a vida em comum como um espaço de conflito, nunca encontraremos a comunidade de Tönnies, assim como os líderes de Santiago nunca a encontrariam. Talvez seja por isso que Bauman (2003, p. 22) argumenta que

os contemporâneos em busca da comunidade estão condenados à sina de Tântalo; seu objetivo tende a escapar-lhe, e é seu esforço sério e dedicado que faz com que lhes escape.

As reclamações sobre a falta de unidade da “comunidade” eram comumente repetidas não apenas pelos líderes locais, mas também por outros habitantes. Entretanto, perceber Santiago como uma “comunidade” é não entender o quanto esse conceito pode ser simplificador e ideológico. O fato de os habitantes de Santiago o utilizarem é legítimo como estratégia para obter benefícios e organizar um discurso reivindicatório. Entretanto, se assumirmos esse discurso sem percebê-lo como uma “arma”, corremos o risco de fazer uma

análise cristalizada, que não abrangeria a fluidez com que o conceito de “comunidade” pode ser usado ou negado.

Na medida em que a Resex pressupõe a existência de uma população tradicional, ela pressupõe a existência de uma identidade cultural e pode fortalecer os discursos ideológicos sobre a busca do “espírito comunitário”. Esses discursos servem para justificar a imposição de relações verticais de consentimento imposto, em uma realidade em que as relações horizontais são mais fortes e exigem participação ativa e democrática por meio de debates abertos e decisões construídas coletiva e democraticamente. Espaços onde conflitos latentes poderiam ter se manifestado de forma positiva na delimitação do uso do território da Resex.

## **A “comunidade” do Vale do Iguape**

As assembleias e os projetos realizados em Santiago eram conduzidos quase sempre em nome da “comunidade” do Vale do Iguape, que engloba mais de uma dezena de povoados, os quais, apesar das semelhanças históricas – todos são originários dos grandes engenhos e fazendas de cana-de-açúcar –, apresentavam diferenças e conflitos significativos, muitas vezes decorrentes de disputas pela implementação de políticas públicas, que faltavam a todos eles, e que não chegavam a todos os povoados ao mesmo tempo. Se, inicialmente, eu havia agrupado o Vale do Iguape como um único território em oposição ao território de Maragojipe, agora tinha que olhar com lupa alguns dos microterritórios que compõem esse vale.

### ***São Francisco do Paraguaçu***

A sete quilômetros de Santiago está São Francisco do Paraguaçu, o segundo maior povoado do Vale do Iguape, e a maior “ameaça” à liderança de Santiago sobre os povoados do Vale. Havia uma rivalidade declarada entre Santiago e São Francisco, que envolvia crianças, jovens e adultos e que se manifestava de diversas formas, desde rivalidades escolares até rivalidades esportivas. Por exemplo, eram comuns brigas e

agressões físicas entre jovens moradores de Santiago e São Francisco. Em uma entrevista, um morador afirma que “é até difícil trabalhar nos dois lugares ao mesmo tempo sem se envolver na disputa”.<sup>50</sup>

### ***Caimbongo***

Outro lugar com características bastante singulares e que era à época da pesquisa bastante isolado geograficamente é o vilarejo de Caimbongo. Antiga plantação de cana-de-açúcar, cujas canas eram moídas nas usinas de açúcar de Santiago, Caimbongo era à época da pesquisa um assentamento de trabalhadores rurais sem terra do Movimento de Luta pela Terra (MLT). A antiga fazenda não perdeu seu status de fornecedora de insumos para Santiago, mas no início do século XXI era a farinha de mandioca o principal produto que os agricultores e as agriculturas de Caimbongo transportavam de burro por uma estrada íngreme e sem pavimentação de cerca de oito quilômetros até Santiago.

A líder do assentamento Caimbongo possuía uma fábrica de farinha comunitária em seu quintal. De acordo com ela e outros camponeses que participaram do processo de produção de farinha em 19 de janeiro de 2003, a principal característica da produção de farinha na região é a solidariedade.<sup>51</sup> Por ser um processo que envolve muitas pessoas, a participação dos vizinhos é fundamental, e isso ocorre por meio de uma rede de solidariedade, na qual a maioria dos vizinhos ajuda quem está fazendo farinha hoje, porque sabe que amanhã todos os ajudarão, e essa é a forma que eles têm de produzir e sobreviver. Em Caimbongo, havia um discurso que unia os vizinhos: eles e elas eram trabalhadores rurais assentados. Essa vila, em princípio, estaria fora da área da Resex, já que suas terras não chegam às margens da Baía do Iguape, mas sua interação com a Resex era imediata e sua dependência de Santiago era indiscutível.

---

50. Ver: Nota 32.

51. Ver: Nota 32.

## *Engenho da Ponte*

Outro local de difícil acesso à época era o Engenho da Ponte. A partir de Santiago, a Ponte podia ser alcançada de canoa, em cerca de uma hora, dependendo da maré, ou caminhando por cerca de uma hora e meia, o que podia ser impossível entre maio e setembro devido às chuvas que transformavam o solo da região, o massapê, em um grande e profundo lamaçal.

Assim como em Caimbongo, havia uma completa ausência de políticas públicas em Ponte. Em uma entrevista realizada em 18 de março de 2003, Seu Abade e sua esposa, ambos moradores de Ponte, protestaram contra a falta de estradas, eletricidade e abastecimento regular de água potável. Ela e ele culpavam os políticos, que só trabalhariam durante os períodos eleitorais, e os eleitores que vendiam seus votos. Para os dois, se não fosse a ausência de estradas para transportar mais facilmente os doentes e levar as crianças à escola, ou a ausência de eletricidade para permitir o armazenamento de produtos perecíveis, “o Engenho da Ponte seria o melhor lugar do mundo para se viver”,<sup>52</sup> palavras ditas pela esposa do Sr. Abade e veementemente confirmadas por ele. Eles também reclamavam da ausência de um mercado para a venda mais justa dos mariscos que extraíam dos manguezais, o que os obrigava a aceitar os preços dos atravessadores de Santiago, que compravam barato e vendiam caro, obtendo um lucro especulativo que contribuía para agravar os problemas da atividade extrativista na região. Como as extratoras e extratores recebiam pouco por seus produtos, precisavam extrair uma quantidade maior, o que, no futuro, poderia comprometer a capacidade de renovação dos recursos naturais, além de exigir que os trabalhadores e as trabalhadoras fizessem horas extras, o que era explorado pelos atravessadores.

Entre as queixas sobre o descaso político (falta de eletricidade, água e estradas), Seu Abade nos narra a história de um evento comum na região que é bastante eloquente: uma mulher grávida do

---

52. Ver: Nota 32.

Engenho da Ponte havia dado à luz em uma canoa que a transportava para Santiago, de onde mais tarde teria ido para a maternidade do município de Cachoeira. As distâncias da Ponte até outros territórios são longas e os meios de transporte eram precários. A pequena moradora do Engenho da Ponte tinha pressa de ver a vida e não podia esperar, brava, come urgia ser uma moradora da Ponte.

Seu Abade era um líder entre as cerca de 25 famílias que viviam na Ponte e parecia ser pessoa muito querida em sua vizinhança. De acordo com ele, o que ele colhia de sua pequena plantação era geralmente para o consumo de sua família ou para distribuição aos vizinhos, que geralmente faziam o mesmo. Apenas produtos da pesca são comercializados em Santiago do Iguape. Seu Abade e outros vizinhos da Ponte afirmam que as terras do Engenho da Ponte não têm dono e que suas famílias sempre viveram lá. Outros exemplos de produção comunitária são reveladores das características dessa vila, onde as redes de solidariedade são tão fortes quanto as de Caimbongo, mas costuradas em linhas diferentes. Enquanto em Caimbongo ela se baseia na organização de um movimento social, o MLT, no Engenho da Ponte, a solidariedade ocorre sob uma rede de parentesco e tradição que une todos os vizinhos em torno de um sistema de produção de subsistência.

Seu Manuel, pai do Seu Abade, revela a angústia de ter que deixar a Ponte: “gosto daqui, mas já estou velho, e se cair doente não tem uma estrada para me levar pro hospital”.<sup>53</sup> Ele morreu uma semana depois desse depoimento. Ele não se lembrava de sua idade, só sabia que, durante todos os anos em que viveu, recusou-se a “trabalhar fichado”: “Por quê? Pela minha liberdade”.<sup>54</sup>

O mesmo acontece com o pescador Reginaldo, ou Dadi, outro morador do vilarejo, que não trabalhava quando não precisava:

Eu vendo ostra na casca. No porto ali embaixo, aqueles sacos de ostra ali é meu, mas na hora que eu digo – não quero

---

53. Ver: Nota 32.

54. Ver: Nota 32.

trabalhar. Aí minha irmã zanga comigo: – mas Dadi, por que você fica aí? [Eu respondo] Minha filha, tem a hora de beber e a hora de trabalhar, na hora de trabalhar é trabalhar, mas na hora que eu digo eu não quero trabalhar, pronto.<sup>55</sup>

Esses discursos refletem uma maneira diferente de lidar com o tempo, indicando uma relação tempo/trabalho menos alienante do que a imposta pelas relações de trabalho capitalistas, como argumenta Thompson (2000) ao propor que o ritmo de trabalho orientado por tarefas é mais compreensível do ponto de vista humano, uma vez que atende a uma necessidade. O trabalho empregado dessa forma não é algo removido da vida cotidiana do trabalhador, não é realizado em meio a uma rotina que exige uma separação abrupta de outras atividades diárias; pelo contrário, é integrado normalmente à vida, apenas como mais uma atividade. Assim, o ritmo imposto pelas tarefas pressupõe flexibilidade; variedade de atividades; ausência de sistematização ou disciplinas rígidas; e, acima de tudo, autocontrole da vida produtiva.

Thompson argumenta que as instituições do século XIX consolidaram uma nova disciplina do trabalho que havia sido construída pelo puritanismo desde o século XVII, mas que foi reforçada por uma percepção mais clara dos empregadores capitalistas do uso parcimonioso do tempo, da medição do tempo como meio de explorar o trabalho e extrair o maior valor, o que é feito com a alienação total do trabalho.

Acima de tudo, a transição não é para o “industrialismo” *tout court*, mas para o capitalismo industrial [...]. O que estamos examinando neste ponto não são apenas mudanças na técnica de manufatura que exigem maior sincronização de trabalho e maior exatidão nas rotinas do tempo em qualquer sociedade, mas como essas mudanças são experienciadas na sociedade capitalista industrial nascente (Thompson, 2000, p. 289).

---

55. Ver: Nota 32.

[...] O puritanismo, com seu casamento de conveniência com o capitalismo industrial, foi o agente que converteu as pessoas a novas avaliações do tempo; que ensinou as crianças a valorizar cada hora luminosa desde os primeiros anos de vida; e que saturou as mentes das pessoas com a equação “tempo é dinheiro” (Thompson, 2000, p. 302).

O cenário que sustenta a análise de Thompson é o da Revolução Industrial inglesa e todas as transformações que ela trouxe para o mundo do trabalho. Voltando ao Engenho da Ponte e aos discursos de Seu Manuel e de Reginaldo, podemos usar as abordagens de Thompson para pensar nas formas de resistência que podem surgir em oposição ao processo descrito de alienação do trabalho e nos conflitos gerados por essas resistências. Em exemplos como esses da Ponte, uma análise histórico-cultural mais profunda pode esclarecer as resistências demonstradas no uso mais “humano” do tempo, em vez de uma submissão completa ao tempo controlado das atividades capitalistas.

Entretanto, não se deve pensar nessas resistências em termos de estágios de desenvolvimento, como se fossem apenas o passado tardio de um capitalismo já “desenvolvido”. Na Ponte, como em toda a região do Vale do Iguape, onde a pesca era a principal atividade econômica, o ritmo de trabalho era marcado pelas oscilações da maré e não pelos ponteiros do relógio. Isso exigia projetos de desenvolvimento local específicos para essa realidade, pois o desenvolvimento não precisa necessariamente seguir um único caminho, como somos levados a acreditar. Pelo contrário, o desenvolvimento é uma categoria relativa, de acordo com Lobão (2000, p. 59, grifos do autor):

O sentido atribuído à categoria “**desenvolvimento**” muda radicalmente entre grupos sociais e mesmo dentre deles. Para pescadores artesanais pode significar viver da pesca sem a necessidade da busca de outras fontes de renda em períodos de “*pesca fraca*”. Para pescadores empresariais significa a **evolução** de uma modalidade artesanal, limitada em termos de recursos para coleta do peixe, até uma escala de poder “*pescar onde o peixe está*”. Para agentes governamentais do Centro Nacional

de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) significa a **manutenção** de estratégias para a reprodução de populações que exploram o meio-ambiente de forma não predatória, propiciando sua conservação e ampliação. Para pesquisadores e cientistas significa a **adoção de novas** estratégias para aproveitamento dos recursos marítimos, que diminua o “esforço de pesca”, melhore o rendimento econômico da atividade desenvolvida pelos pescadores.

Assim, a Resex, como um projeto de desenvolvimento local para o benefício das populações trabalhadoras locais, deveria ter como paradigma o desenvolvimento visto e desejado por essas populações, por meio do reconhecimento de suas capacidades e não da negação de suas formas de reprodução da vida em favor de outras mais “lucrativas” ou “racionais”.

Os projetos que visavam transformar os pescadores artesanais do Iguape em pequenos empresários da pesca, ou ensinar-lhes formas mais eficientes e produtivas de pescar, poderiam fracassar se tivessem como paradigmas outras concepções de trabalho diferentes daquelas específicas da localidade, ou se estivessem atrelados a um único caminho de desenvolvimento, com a visão de seus promotores guiada por óculos que os impedem de perceber a existência de outros caminhos possíveis, e que cada grupo humano é capaz de escolher o seu, que pode não ser o desenvolvimento do racionalismo capitalista.

Não se trata de uma defesa romântica de um comunismo primitivo ainda não alcançado pelo “moinho satânico”; o que estou argumentando aqui é que os grupos humanos sabem como se mover, mas há construções ideológicas que lhes negam o acesso os meios. Como nos lembra Deleuze, uma das lições mais importantes que Foucault nos deixou é que as classes populares sabem o que querem e sabem como dizê-lo, mas há um discurso hegemônico que impede sua voz e é indigno falar pelos outros (Foucault, 1999).

\* \* \*

Santiago, São Francisco, Caimbongo, Engenho da Ponte, são alguns dos exemplos entre muitos outros, como Calolé, Dendê, Embiara, Caonge, que nos permitiam vislumbrar a diversidade de grupos humanos na área da Resex, mesmo dentro de um mesmo lado da baía, onde há um passado histórico que nos permite uni-los em contraste com Maragojipe. Além das diferenças, havia ainda os conflitos, como entre Santiago e São Francisco, ou entre Engenho da Ponte, Calolé e Caonge, povoados vizinhos que à época disputavam acirradamente a precária distribuição de água potável na região. Todos esses pequenos confrontos, às vezes não declarados, impediam a criação de uma identidade cultural para o Vale do Iguape, e a rejeição a essa identidade marcava os microterritórios onde se pretendia implantar a Resex.

As diferenças e os conflitos não surgiam apenas entre os povoados, nem eram os mais difíceis de conciliar. No mundo da pesca, tanto entre os dois lados da baía quanto dentro de um mesmo povoado eram frequentes e comuns conflitos como, por exemplo, reclamações contra a ação de intermediários e sobre diferentes métodos de pesca.

### **Camboa *versus* Camaroneira: conflitos entre os pescadores do vale**

Era uma tarde ensolarada de 27 de abril de 2003, um pescador estava chegando ao porto de Santiago com sua canoa cheia de peixes, fruto de mais de um dia de trabalho. No porto, outro pescador, morador do Engenho da Ponte, preparava seu barco para voltar para casa. No encontro, iniciou-se uma delicada conversa sobre os problemas causados pelo tipo de pesca praticado por cada um deles. O pescador da Ponte provocou a discussão dizendo que a rede de arrasto de camarão, a rede de náilon usada pelo outro pescador, era uma rede assassina, pois matava os peixes pequenos, pois quando arrastada, o náilon esquentaria devido ao atrito com a água e “queimaria” todos os peixes que encontrasse.<sup>56</sup> O pescador de camarão não pareceu querer

---

56. Ver: Nota 32.

muita conversa, apenas respondeu que era a camboa, técnica utilizada pelo pescador da Ponte, que matava os peixes pequenos.

Foi Reginaldo, o pescador da Ponte que se recusava a trabalhar para acumular, quem nos falou sobre as diferenças entre as técnicas de pesca com camboa e camaroneira.

A camboa de pau pesca quatro, cinco dias e não pesca mais. A rede pesca todos os dias. O camarão miúdo que toca na rede, matou. [...] Não é a camboa de pau. Camboa de pau cria ostra, cria camarão, cria omerete, cria tudo. Na rede não se cria nada, principalmente, na tal da camarãozeira. Depois que inventou essa onda de camarãozeira que acabou o arrasto de camarão aqui. [...]. Pra mim, a camarãozeira acabou com tudo. Ela sai arrastando dentro da água, de enchente à vazante. E ela não fica boiando, ela pega por baixo, na lama, em qualquer fundura que tiver, ela vai arrastando [...]. Qualquer pescaria que tocar na rede nylon, é pegou morreu, não tem outro departamento. [...] Rede boa era dos bons tempos passado, chamava rede [?]. Pegava tudo, pegava pescada, camarão. Todo mundo tinha fartura.<sup>57</sup>

Os diferentes métodos de pesca eram apenas um dos debates frequentes no mundo da pesca em Santiago e em toda a região da Resex. Outro debate comum ocorreu após a discussão no porto, quando o mesmo pescador que estava discutindo ali, minutos depois chegava a uma venda para entregar seu produto a um comerciante local, por um preço muito inferior ao que seria pedido pelo mesmo produto quando comprado pelo consumidor final.

Na região de Santiago, existia um sistema de “parceria” entre pescadores e marisqueiras e os comerciantes locais que criava uma “obrigação de venda” entre as partes. O comerciante era quase sempre o proprietário da rede e da canoa, os meios de produção do pescador, além de ser a pessoa com capacidade para comprar um freezer, essencial para a preservação do peixe. A propriedade dos meios de produ-

---

57. Ver: Nota 32.

ção dava aos comerciantes o poder de determinar os preços do peixe e, assim, extrair a mais valia do trabalho dos pescadores.<sup>58</sup> Além disso, eles podiam recrutar um grupo de pescadores fiéis, pois, ao emprestar a rede e a canoa ao pescador, este, em troca, deveria vender seus peixes exclusivamente ao comerciante que lhe “emprestava” os meios de produção. Embora os mariscos não precisem de equipamentos especiais para sua captura, o que poderia dar maior liberdade às marisqueiras, a necessidade do freezer ainda as obrigava a aceitar os preços dos comerciantes locais e suas relações de fidelidade.

Muitas vezes, esses comerciantes revendiam o peixe para outros intermediários fora de Santiago, o que os livrava da tarefa de distribuição e multiplicava exponencialmente o preço entre o pescador e o consumidor final. Os pescadores e as marisqueiras tinham plena consciência dessa cadeia e da exploração a que estavam sujeitos e sujeitas. As reclamações sobre isso eram recorrentes,<sup>59</sup> mas as divisões os impediam de romper coletivamente com essa cadeia por meio da aquisição de meios de produção comunitários.

### **Um conflito de última hora: o saveiro do mestre Tatuí**

Seu Tatuí era um mestre de saveiro, uma das poucas pessoas que ainda dominavam uma determinada técnica na construção desse tipo de embarcação. O litoral do estado da Bahia era onde esses mestres eram mais comuns, especialmente no município de Valença, a 300 quilômetros de Salvador. A arte de construir saveiros estava ameaçada de desaparecer junto com esses mestres. Na Baía do Iguape, *Seu Tatuí* era o último mestre de saveiro.

No dia 27 de abril de 2002, estudantes da Universidade Federal da Bahia realizaram uma entrevista com Seu Tatuí como registro de um testemunho de um conhecimento que estaria se extinguindo.

---

58. Para um quadro percentual aproximado da influência dos proprietários dos meios de produção e dos intermediários no comércio de peixes na Baía do Iguape à época da pesquisa, ver o Apêndice ao final do livro.

59. Ver: Nota 32.

O mestre deu uma aula sobre a construção de saveiros, por meio da história de sua vida. Entre outras coisas, Seu Tatuí relembrou o processo de seu aprendizado em uma época, até os anos 1970, em que os saveiros eram a alma da região:

Eu trabalho nisso desde os onze anos [...]. Antes eu era discípulo, mas hoje não tem nada disso. Eu era discípulo, naquele tempo se chamava discípulo, hoje é ajudante [...]. Eu escolhi uma profissão que eu gostei, sempre tive gosto da minha profissão [...]. A vida de operário é sempre uma vidazinha mais pertada, mas também não fica muito pertado não, porque quem tem uma profissão sempre vai levando [...] Foi o que agüentou Santiago [os saveiros]. Tinha quatro ou cinco, cada um dava duas viagem por semana pra Salvador. Saía daqui a tarde de manhã tava em Salvador e voltava de lá com o alimento [...] vinha tudo de barco, feijão, açúcar, café, tudo [...] farinha não, que farinha fazia por aqui mesmo. Porque não tinha passagem, só por aqui [pelo mar]. Essa aqui [minha filha], nasceu em 61, e ainda não tinha estrada [...], por terra não tinha nada, se não tinha carro.<sup>60</sup>

O depoimento de Seu Tatuí revelava um pouco das mudanças ocorridas nas décadas anteriores em Santiago, mudanças que estavam levando à perda de interesse na fabricação de saveiros. O transporte fluvial não era mais a única alternativa para a região e novas relações de trabalho, menos hierárquicas, estavam substituindo a relação mestre-discípulo, ainda que possamos discutir diferenças de verticalidades, na medida em que o aprendiz um dia se tornaria mestre, enquanto o assistente dificilmente se tornará mestre. Também poderia discutir a viabilidade do transporte fluvial e a influência do seu término no empobrecimento econômico do Vale do Iguape, mas não foram essas questões que me trouxeram aqui. O que me trouxe, descrevo agora.

---

60. Ver: Nota 32.

A entrevista com Seu Tatuí resultou em um projeto pensado pelo mestre com os estudantes que o entrevistaram: montar uma oficina de fabricação de saveiro para aprendizes interessados no povoado de Santiago. Os aprendizes apareceram, assim como o financiamento, e o projeto foi colocado em marcha. A proposta acordada indicava que o saveiro construído seria de propriedade coletiva dos pescadores, mas a construção do barco ainda nem havia começado, quando começaram, ainda que timidamente, as disputas pelo poder de determinação, uso e manutenção do futuro saveiro.

Mais uma vez, havia indícios concretos de que não existia um grupo único de pescadores em Santiago, e, talvez justamente por isso, concordar com a propriedade coletiva do saveiro para “pescadores” em abstrato poderia significar seu abandono ou usurpação por um particular, já que não existia uma entidade coletiva que permitia que todos os pescadores de Santiago se apropriassem e desfrutassem do barco. Surgiram, então, preocupações quanto ao destino do futuro saveiro, que poderia se tornar um “coral artificial”, como disse um pescador local, ou poderia se tornar um espaço de conflito que gerasse novas formas de apropriação coletiva, ainda raras em Santiago à época.



## PALAVRAS FINAIS

Há vinte anos eu havia chegado ao Recôncavo Baiano para estudar a implementação da Reserva Extrativista Baía do Iguape motivado por minhas leituras sobre as Reservas Extrativistas da Amazônia e seu caráter de luta de classes promovida pelos seringueiros. Assim, mesmo sem a intenção de partir de hipóteses, esperava encontrar um novo espaço em formação, um espaço democrático, por meio do qual as classes trabalhadoras locais estivessem construindo novos caminhos de luta. No entanto, não demorou muito para perceber que a Resex de Iguape não era organizada por um forte movimento popular, como teria sido o caso da Resex do Alto Juruá, na Amazônia.

A transposição do modelo de unidade de conservação ambiental de uso sustentável criado pelos seringueiros em suas lutas contra latifundiários e grileiros para o litoral brasileiro foi feita com a “pasteurização” do caráter intrínseco de luta de classes que uma Resex carregava originalmente.<sup>61</sup> Desenvolvida em meio a lutas concretas pelo acesso à terra e aos meios de produção na Amazônia, a defesa de modos de vida e saberes específicos de determinados grupos humanos, contra sua negação pela força homogeneizadora e pelo conhecimento de outros grupos, tomou a forma de uma luta capaz de promover a polarização dos conflitos sociais existentes em um determinado momento histórico e revelar suas características de classe, muitas vezes não claramente evidenciadas.

Na criação da Resex do Iguape, os conflitos não se mostravam claramente como uma luta de classes, uma vez que a participação das classes trabalhadoras não era perceptível. Não havia reivindicações de trabalhadores e trabalhadoras, nem a criação da Resex foi uma resposta a conflitos sociais estabelecidos. A Resex do Iguape surgiu de desejos particulares de líderes locais que buscaram na Resex uma forma

---

61. Devido às controvérsias em torno do conceito de classe, é necessário deixar claro que utilizo o conceito de Thompson, que define classe social como um processo histórico, como algo que ocorre em determinadas situações históricas concretas de luta de classes. Ou seja, vista como um processo, e não como uma estrutura, a ênfase é colocada na luta de classes, que é o lugar onde as classes se manifestam (Thompson, 1979, 2001).

de expandir e manter sua esfera de poder. Os conflitos que surgiram a partir daí eram, até onde os pude acompanhar, conflitos de poder entre esses líderes e outros, que buscavam reverter as motivações originais da Resex em direção a um espaço democrático que permitisse que trabalhadores e trabalhadoras entrassem nos debates, o que poderia ter promovido conflitos entre classes e não apenas intraclasses.

A “pasteurização” das Resex<sup>62</sup> é justamente a retirada das classes trabalhadoras de sua criação, pois esta deixa de ser uma reivindicação dessas classes para se tornar um modelo de desenvolvimento sobre o qual a classe burguesa construiu um discurso de apropriação, um conhecimento, substituindo a luta que originou o fenômeno na Amazônia. Embora se diga que esse conhecimento é favorável às classes trabalhadoras, ao ser proferido, ele lhes rouba a palavra e as distância do processo, que, no discurso pasteurizador, é feito em seu nome.

No entanto, eu acreditava que os traços de luta de classes deixados pelas primeiras Resex poderiam ter sido fortes o suficiente para permitir que o conflito de classes aparecesse nas Reservas Extrativistas Marinhas durante seu processo de implementação. Mesmo que negadas na criação, as lutas de classes poderiam encontrar brechas no processo de implantação de uma Resex Marinha, como parece ter acontecido na Resex de Arraial do Cabo (Lobão, 2000; Prado, 2002)<sup>63</sup> e como poderia ter acontecido na Resex da Baía do Iguape, onde eram perceptíveis os conflitos entre interesses opostos.

---

62. Aqui estou pensando tanto na incorporação do conceito de Reserva Extrativista pelos órgãos estatais quanto no discurso ambientalista e acadêmico produzido sobre o tema. É claro que essa “apropriação” pelas classes burguesas do discurso das Resex é também um reflexo das conquistas da classe trabalhadora, que conseguiu impor suas ideias, mas isso não acontece sem transformações, o que costuma ser comum em um processo dialético como o conflito de classes.

63. Embora nem Prado nem Lobão utilizem uma análise de classe em seus trabalhos, há elementos para percebê-las nos processos que descrevem. Prado baseia sua análise na construção de uma identidade cultural na Resex de Arrabal do Cabo, cujo traço diacrítico mais fortemente registrado é o fato de ser pescador, ou seja, de ser trabalhador da pesca. Lobão constrói seu texto a partir de um conflito em Arraial do Cabo sobre a Resex envolvendo, de um lado, pescadores e, de outro, empresários do turismo. O autor prefere analisar esse conflito como um fato político total, uma

Os conflitos intraclasses poderiam ter funcionado como brechas, na medida em que os interesses divergentes entre as lideranças locais levaram à abertura do processo de implantação para as classes populares, que foram chamadas a legitimar ou romper com relações de reciprocidade paternalistas<sup>64</sup> que mantinham.

Também entre as classes trabalhadoras, as Resex acentuam conflitos já existentes e tendem a exigir resoluções, especialmente no momento da elaboração do Plano de Manejo. Na área da Resex do Iguape havia conflitos entre modalidades de pesca; entre povoados que disputavam benefícios e entre lideranças. A necessidade de resolver esses conflitos poderia ter levado ao surgimento de novas estratégias de luta, novos acordos que unissem a classe trabalhadora e promovessem a polarização característica dos momentos transparentes da luta de classes, que, assim como a construção de identidades, são processos circunstanciais que estão sempre se renovando.

Assim, o apelo à participação das classes trabalhadoras para legitimar uma dominação que não conseguiu permanecer inconteste poderia, ao contrário, ter enfraquecido essa dominação, na medida em que novos acordos pudessem ter surgido entre as classes trabalhadoras e as relações de reciprocidade entre as classes pudessem ter sido rompidas. Em situações em que sujeitos históricos têm de se manifestar claramente ao tomar uma posição, os conflitos latentes se tornam explícitos e novas formas de luta podem surgir.

Todas essas apostas feitas há mais de vinte anos eram exercícios de interpretação do futuro. O processo de implementação da Resex do Iguape estava apenas começando e ainda não havia elementos suficientes para garantir que a participação das classes trabalhadoras e o estabelecimento de um conflito de classes que possibilite mu-

---

adaptação do conceito clássico de Marcel Mauss de fato social total. Entretanto, aos meus olhos, havia no conflito um momento claro de polarização entre classes sociais.

64. A reciprocidade é característica das relações paternalistas, nas quais o conflito de classes é evitado por meio da barganha por favores, o que mostra que as classes dominantes conhecem os limites de sua dominação e os dominados sabem como usar esses limites e sabem como obter concessões em troca de sua “obediência”, até que o conflito possa ser estabelecido.

danças mais profundas nas relações sociais da Baía do Iguape seriam o desdobramento do processo. Apenas uma coisa era certa, havia possibilidades concretas para que isso acontecesse. Mas a história é feita no dia a dia e muitos outros elementos imperceptíveis há vinte anos mudaram os rumos e os sentidos das lutas: de lá para cá, por um lado a luta antirracista ganhou uma força sem precedentes e reconfigurou o território do Iguape para além da Resex; a unidade territorial de luta mais premente passou a ser os vários territórios quilombolas reconhecidos na região e a construção de uma identidade negra quilombola parece ter suplantado uma identidade de classe fundada na atividade pesqueira. Por outro lado, os anos de governo do Partido dos Trabalhadores na primeira década do século XXI, com sua estratégia de conciliação de classes, teve como efeito a desmobilização de movimentos vinculados a luta de classes, sobretudo dos mais incipientes, o que também pode ter alterado a história e os conflitos na Resex do Iguape. Nada disso estava presente no momento da pesquisa, há mais de vinte anos, nesses acelerados últimos vinte anos que viraram nossas certezas de pernas para o ar.

\* \* \*

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de. Entrevista concedida à revista Com Ciência, Campinas, 10 nov. 2000. Disponível em: <https://bit.ly/4fGH8AM>. Acesso em: 24 out. 2024.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de; CRÓSTA, Keith Brown; ROIG, Álvaro Penteadó. A Aplicação do Sistema de Informações Geográficas ao Zoneamento a Reserva Extrativista do Alto Juruá. **Caderno de Informações Georreferenciadas**, Campinas: Centro de Informações Georreferenciais, v. 1, n. 1, p. 6, 1996.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de; FRANCO, Mariana Ciavata Pantoja. A Justiça Local: caça estradas de seringa na Reserva Extrativista do Alto Juruá. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 22., 2000, Brasília. **Anais** [...]. Brasília, 2000.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BACKSO, Bronislaw. **Les imaginaires sociaux**: Memoire et espoirs collectifs. Paris: Payot, 1984.

BARICKMAN, Bert. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). **Revista Afro-Ásia**, Salvador: EDUFBA, n. 21-22, p. 177-237, 1998-1999.

BARICKMAN, Bert. **Um Contraponto Baiano**: açúcar, fumo mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da Unesp, 1998, p. 185-227.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOGO, Ademar. **Arquitetos de Sonhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BRASIL. **Decreto s/n, de 11 de agosto de 2000**. DOU de 14 de agosto de 2000b. Disponível em: <https://bit.ly/44JUjhH>. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.** DOU de 19 de julho de 2000a. Disponível em: <https://bit.ly/2Q3OEwd>. Acesso em: 24 out. 2024.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Conformismo e Resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CLAY, Jason. **Parks and People.** Cultural Survival Quarterly, Cambridge, v. 9, n. 1, mar. 1985. Disponível em: <https://bit.ly/3B5LfqV>. Acesso em: 24 out. 2024.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CORDEIRO, Alexandre Zanarini. **Levantamento Sócio-econômico da Baía do Iguape.** Brasília: CNPT, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil:** mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense; Edusp, 1986.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana (org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo (orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Edusp, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. *In:* FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999, p. 69-78.

FRANCO, Mariana Ciavatta Pantoja; WOLFF, Cristina Scheibe. As Mulheres e a Economia da Floresta no Alto Rio Juruá. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: CULTURA, POLÍTICA E

SEXUALIDADE NO SÉCULO XXI, 4., 2000, Florianópolis. **Caderno de Resumos** [...]. Florianópolis: UFSC, 2000, p. 19.

GRYBOWSKI, Cândido. **O testamento do homem da floresta**: Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

HOBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Tradução de Donald Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

IBAMA. **Impacto sobre os recursos naturais da Resex da Baía do Iguape**. Bahia, 2002.

IBAMA. **Processo n. 1279/97**, de criação da Resex da Baía do Iguape. Bahia, 1997.

IBAMA. **Situação atual das Resex no Estado da Bahia**. Bahia, 2003.

KANT DE LIMA, Roberto. Prefácio. *In*: KANT DE LIMA, Roberto, PEIREIRA, Luciana Freitas. **Pescadores de Itaipu**: Meio Ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. **Reservas Extrativistas Marinhas**: uma reforma agrária no mar? Uma discussão sobre o processo de consolidação de reserva extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ. 2000. 137f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MANESHY, Maria Cristina. Organisations de pêcheurs Fini l’anonymat! **Samudra, Amsterdam**, n. 28, p. 19-23, abr. 2001. Disponível em: <https://bit.ly/40RQAUt>. Acesso em: 24 out. 2024.

MARCUS, George. Identidades Passadas, Presentes e Emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 34, p. 197-221, 1991.

OTT, Carlos. **Povoamento do recôncavo pelos engenhos**: 1536-1888. v. 2. Salvador: Bigraf, 1996.

PARESCI, Ana Carolina Cambeses. Realismo e Utopia: **O Trabalho de Formigas em um mundo de Cigarras**. Um estudo antropológico do discurso ambientalista. 1997. 196f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **O Rio Paraguaçu e sua navegação**. Salvador: Edufba, 1981.

POTIGUAR JÚNIOR, Petrônio Lauro Teixeira. Os movimentos sociais em comunidades pesqueiras na Amazônia: um estudo da ilha de Carateua, Belém, PA. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais [...]**. Ouro Preto, 2002.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

PRADO, Simone Moutinho. **Da Anchoa ao Salário Mínimo**: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ. Niterói: Eduff, 2002.

PRADO, Simone Moutinho. O direito de pescar – sinais de organização do espaço entre os pescadores tradicionais de Arraial do Cabo. *In*: SIMPÓSIO REGIONAL DA ANPUH-RJ, 9., 2000, Niterói. **Anais [...]**. Niterói, 2000.

REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela. Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. **Revista de História**, São Paulo: FFLCH-USP, n. 135, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção. **Mana**: Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.

SANTOS, Milton *et al.* **Território e Sociedade**: Entrevista com Milton Santos. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**: Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Luiz Geraldo da (coord.). **Os pescadores na história do Brasil**. Recife: Conselho Pastoral dos Pescadores; Petrópolis: Vozes, 1988.

THOMAS, Keith. **O Homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

THOMPSON, Edward Palmer. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases? *In*: THOMPSON, Edward. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

THOMPSON, Edward Palmer. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. *In*: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 203-225.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *In*: THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 267-305.

VILHENA, Luís dos Santos. Carta XIII. *In*: VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. v. 1. Salvador: Editora Itapuá, 1969.



# APÊNDICE

## Dados do Ibama para a Baía do Iguape levantados para a criação da Resex, em 1998

POVOADO	HORAS DE PESCA POR DIA					Famílias
	1 a 3 horas	4 a 6 horas	7 a 9 horas	10 a 12 horas	+ de 12 horas	
Maragojipe	36	201	23	20	2	282
Nagé	18	112	3	4	0	137
Coqueiros	7	20	5	1	1	34
Guai	26	51	2	2	0	81
São Roque	0	8	33	18	0	59
Enseadinha	17	26	2	1	0	46
Ponta de Souza	9	36	6	3	0	54
Santiago	19	107	19	5	1	151
São Francisco	6	45	5	3	0	59
Total	138	606	98	57	4	903
Porcentagem	15,28	67,11	10,58	6,31	0,44	100,00

**Tabela 1. Esforço de pesca (pescadores por horas de pesca por dia)**

Fonte: Cordeiro, Alexandre Zananiri. *Levantamento Sócio-Econômico da Baía do Iguape*. Brasília: CNPT, 1998.

POVOADO	POSSUI CANOA	SEM CANOA	TOTAL/ FAMÍLIAS
Maragojipe	89	193	282
Nagé	30	107	137
Coqueiros	16	18	34
Guáí	26	55	81
São Roque	19	40	59
Enseadinha.	2	44	46
Ponta de Souza	28	26	54
Santiago	45	106	151
São Francisco	27	32	59
Total	282	621	903
Porcentagem	31,23	68,77	100,00

**Tabela 2. Propriedade dos meios de produção entre os pescadores**

Fonte: Cordeiro, Alexandre Zananiri. *Levantamento Sócio-Econômico da Baía do Iguape*. Brasília: CNPT, 1998.

POVOADO	COM INTERMEDIÁRIO	SEM INTERMEDIÁRIO	TOTAL/ FAMÍLIAS
Maragojipe	171	111	282
Nagé	100	37	137
Coqueiros	31	3	34
Guáí	72	9	81
São Roque	46	13	59
Enseadinha	36	10	46
Ponta de Souza	46	8	54
Santiago	116	35	151
São Francisco	32	27	59
Total	650	253	903
Porcentagem	71,98	28,02	100,00

**Tabela 3. Formas de comercialização de peixes**

Fonte: Cordeiro, Alexandre Zananiri. *Levantamento Sócio-Econômico da Baía do Iguape*. Brasília: CNPT, 1998.

<b>Título</b>	A criação da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape: Território de conflitos e outras formas de luta
<b>Autor</b>	Glauco Vaz Feijó
<b>Assistência Editorial</b>	Andressa Marques Juliana Oliveira
<b>Capa</b>	Vinicius Torquato
<b>Projeto Gráfico</b>	Gabriel Luis Pereira
<b>Preparação</b>	Andressa Marques
<b>Revisão</b>	Marcia Santos
<b>Formato</b>	14x21
<b>Número de Páginas</b>	96
<b>Tipografia</b>	Adobe Garamond Pro
<b>Papel</b>	Alta Alvura Alcalino 75g/m <sup>2</sup>
<b>1ª Edição</b>	Maio de 2025

---

Caro Leitor,  
Esperamos que esta obra tenha  
correspondido às suas expectativas.

Compartilhe conosco suas dúvidas e sugestões:

sac@editorialpaco.com.br

 11 98599-3876

---

## Publique sua obra pela Paco Editorial

EDIÇÃO DE QUALIDADE, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NACIONAL



### Teses e dissertações

Trabalhos relevantes que representam contribuições significativas para suas áreas temáticas.



### Grupos de estudo

Resultados de estudos e discussões de grupos de pesquisas de todas as áreas temáticas.



### Capítulo de livro

Livros organizados pela editora dos quais o pesquisador participa com a publicação de capítulos.



### Técnicos e Profissionais

Livros para dar suporte à atuação de profissionais das mais diversas áreas.

Envie seu conteúdo para avaliação:

[livros@pacoeditorial.com.br](mailto:livros@pacoeditorial.com.br)

11 4521-6315

 11 95394-0872

[www.editorialpaco.com.br/publique-na-paco/](http://www.editorialpaco.com.br/publique-na-paco/)

**Todo mês novas chamadas são abertas:**

[www.editorialpaco.com.br/capitulo-de-livros/](http://www.editorialpaco.com.br/capitulo-de-livros/)

---

Conheça outros títulos em  
[www.pacolivros.com.br](http://www.pacolivros.com.br)

---

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658  
Ed. Altos do Anhangabaú – 2º Andar, Sala 21  
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100

O livro em tela é um trabalho pioneiro sobre o processo de criação da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape e foi escrito durante os anos iniciais da Reserva. O autor acompanhou assembleias de implantação da Reserva Extrativista quando a população beneficiária, pescadores e marisqueiras, ainda desconhecia a Resex, cujo decreto de criação datava de dois anos. O autor também percorreu a região, realizando entrevistas e experienciando a vida local. O resultado é uma interpretação detalhada de conflitos em torno da criação da Reserva, de seus protagonistas e de questões culturais que, posteriormente, seriam fundamentais na condução da Resex.



**Glauco Vaz Feijó** é Professor do Instituto Federal de Brasília (IFB). Doutor em História pela Universidade de Brasília, em regime de cotutela com a Universidade de Jena, Alemanha, onde também foi professor e pesquisador visitante. Entre 2019 e 2024 foi pesquisador visitante no Programa de Estudos do Sul Global e colaborador no Centro Brasil e América Latina da Universidade de Tübingen, Alemanha.

O texto que deu origem ao livro *A criação da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape* foi originalmente escrito em espanhol, em 2004, como qualificação do doutorado em História na Universidade de Huelva, Espanha. Dois anos depois, uma versão reduzida foi publicada on-line na Coleção Monografias do Programa Globalização, Cultura e Transformações Sociais, do Centro de Pesquisas de Pós-Doutorado da Universidade Central da Venezuela, coordenado por mim. Infelizmente, o Programa foi descontinuado e toda a Coleção se perdeu. Assim, o livro permaneceu desconhecido do público acadêmico, sobretudo do público acadêmico brasileiro, incluindo pesquisas que posteriormente trataram da Reserva Extrativista do Iguape. Trata-se de uma perda considerável: o livro aborda o momento crucial de implantação da Reversa e traz análises que podem contribuir com pesquisas atuais, tendo detectado na origem questões culturais que, mais tarde, seriam determinantes na condução de políticas públicas para a região da Reserva, como, por exemplo, a criação de Territórios Quilombolas. Saúdo, então, a decisão de Glauco Vaz Feijó de republicar seu trabalho na íntegra e espero que essa edição comemorativa chegue enfim ao público acadêmico brasileiro.

*Daniel Mato*

Universidad Nacional de Tres de Febrero, Buenos Aires

ISBN 978-85-462-2916-1



9 788546 229161



/PacoEditorial



@PacoEditorial



@Paco\_Editorial